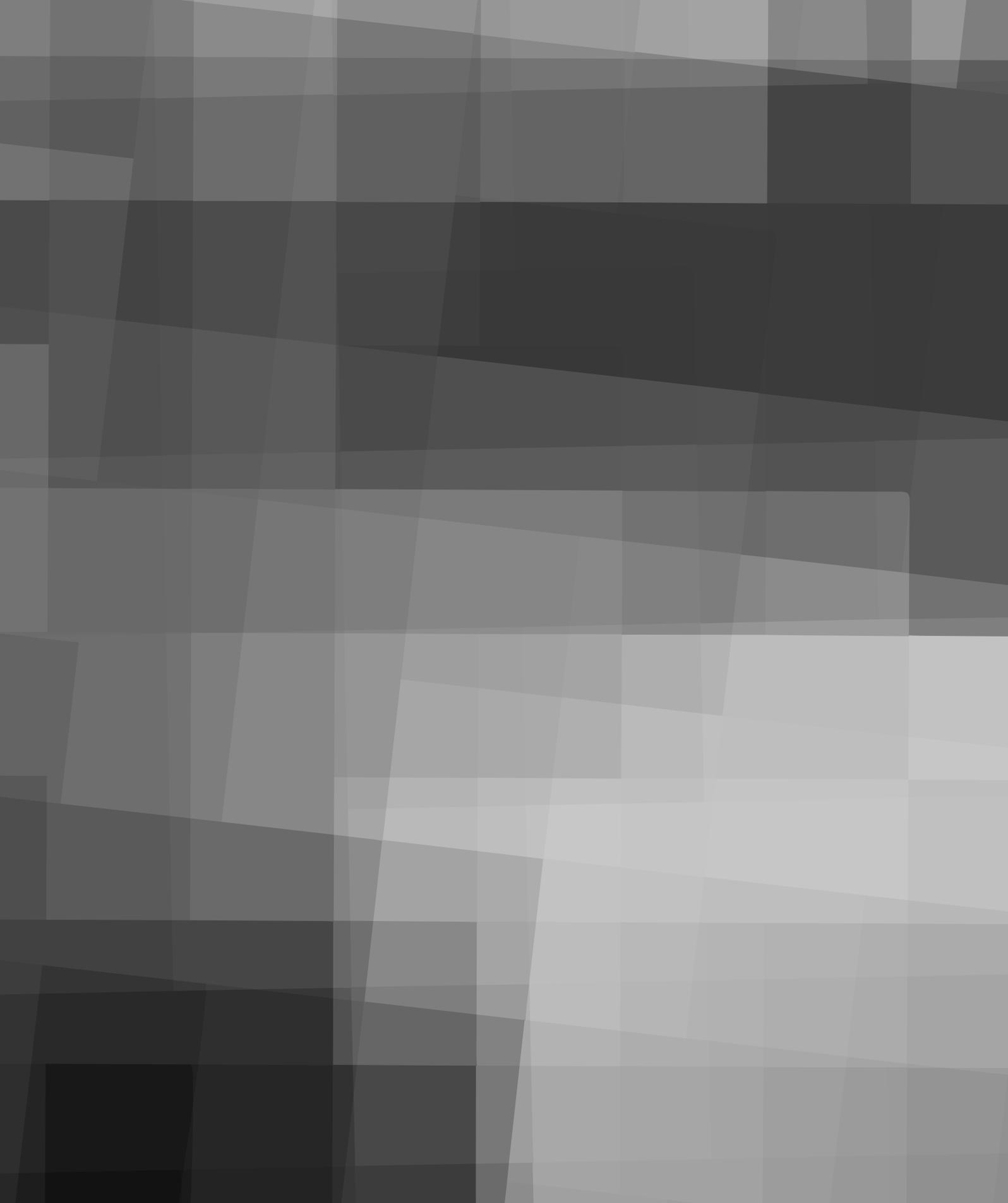


*Cultura,
Educação e
Tecnologias
em Debate*



*Cultura,
Educação e
Tecnologias
em Debate*

Volume 2

Organização

Fernando Almeida, Gustavo Torrezan,
Luciana Lima e Rosana Elisa Catelli

São Paulo, 2019

Centro de Pesquisa e Formação Sesc São Paulo

Realização:



PUC-SP

cetic.br nic.br cgi.br

sesc

C8993

Cultura, educação e tecnologias em debate / Organização de Fernando Almeida; Gustavo Torrezan; Luciana Lima; Rosana Elisa Catelli; Realização PUC-SP; CETIC.br; NIC.br; CGI.br; Serviço Social do Comércio.— São Paulo: Sesc São Paulo, 2019. —

58 p. il.

ISBN 978-85-54811-05-1

Sesc São Paulo em seu Centro de Pesquisa e Formação
(CPF), de outubro e novembro de 2018

1. Educação. 2. Tecnologia. 3. Tecnologia Educacional. 4. Cultura. 5. Currículo. 6. Pesquisa.
7. Inclusão. I. Título. II. Serviço Social do Comércio. III. Sesc. IV. Centro de Pesquisa e
Formação (CPF). V. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). VI. Centro Regional
de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). VII. Núcleo de
Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br). VIII. Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.
br) IX. Almeida, Fernando. X. Torrezan, Gustavo. XI. Lima, Luciana. XII. Catelli, Rosana Elisa.

CDD 371.334

APRESENTAÇÃO 7

1. CULTURA, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS NA CIDADANIA DO SÉCULO XXI

Reflexões sobre educação, cultura e tecnologias | *Danilo Santos de Miranda* 8

Princípios da Internet para a cidadania do século XXI | *Demi Getschko* 12

O consumo como o fim: finalidade ou destruição | *Fernando José de Almeida* 16

Conhecimento negro como antídoto ao hipervazio:
relatoria reflexiva da intervenção de Gilles Lipovetsky | *Bianca Santana* 22

2. PRODUÇÃO CULTURAL E TECNOLOGIA

A ideia de uma cultura comum | *Mauricio Trindade da Silva* 26

Reflexões sobre os estudos de uso das TIC | *George Yúdice* 30

Produção cultural periférica: territorialidades e urbanidades em ciberculturas plurais | *Eliane Costa* 36

3. DIVERSIDADE E TECNOLOGIA

Diversidade – Cultura, Educação e Tecnologias | *Fernando José de Almeida* 40

A diversidade cultural e a tecnologia | *Maria Antonieta Antonacci* 42

Sobre diversidades e plataformas:
como é preciso agir sobre as tecnologias para se permitir novas formas de existir | *Rafael Evangelista* 48

AUTORES:

Bianca Santana

Jornalista e mestra em Educação, pesquisa a memória de mulheres negras no doutorado em Ciência da Informação (USP). É uma das fundadoras da *Casa de Lua Organização Feminista* e da *Casa da Cultura Digital*. Colunista da *Revista Cult* e autora de *Quando me descobri negra*.

Danilo Santos de Miranda

Filósofo, cientista social e especialista em Ação Cultural, é diretor regional do Serviço Social do Comércio (Sesc) no Estado de São Paulo e conselheiro em diversas entidades, dentre as quais a Fundação Itaú Cultural, Fundação Padre Anchieta, Museu de Arte Moderna de São Paulo, Rede Nossa São Paulo, Conselho Nacional de Política Cultural, Conselho de Turismo e Negócios da Fecomércio, Conselho Municipal de Turismo da Cidade de São Paulo e Fórum de Educação e Cultura Contemporânea. Também é membro da *Art for the World*, com sede na Suíça.

Demi Getschko

Cientista da Computação, é diretor presidente do Núcleo da Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no curso de pós-graduação em Tecnologias da Inteligência e Mídias Digitais.

Eliane Costa

Doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologias pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com tese sobre territórios, cibercultura e periferias urbanas. Mestra em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, onde coordena o MBA *Bens culturais: cultura, economia e gestão*. É autora do livro *Jangada Digital* (Ed. Azougue, 2011) e coorganizadora da coletânea *De baixo para cima* (Ed. Aeroplano, 2014).

Fernando Almeida

Filósofo e pedagogo, com doutorado em Filosofia da Educação pela PUC-SP e pós-doutorado na área da Tecnologias da Educação, pelo CNPq/CNRS, em Lyon, na França. Foi secretário da Educação do Município de São Paulo e vice-reitor da PUC-SP, em cuja pós-graduação, atualmente, é professor, no programa *Educação: currículo*.

George Yúdice

Professor titular do Programa de Estudos Latino-americanos e do Departamento de Línguas e Culturas Modernas da Universidade de Miami, é diretor do Miami Observatory on Communication and Creative Industries.

Maria Antonieta Antonacci

Doutora e mestra em História Econômica pela USP, com pós-doutorado em Antropologia Social, é professora associada da PUC-SP e autora de *Memórias ancoradas em corpos negros*.

Mauricio Trindade da Silva

Doutor em Sociologia da Cultura pela USP e gerente adjunto do Centro de Pesquisa e Formação (CPF) do Sesc.

Rafael Evangelista

Doutor em Antropologia Social, pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (Nudecri), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na qual é professor do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural. É autor do livro *Para além das máquinas de adorável graça: cultura hacker, democracia e cibernética*, lançado pela Edições Sesc.

APRESENTAÇÃO

O ciclo "Cultura, Educação e Tecnologias em Debate" é proposto pelo Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc SP), por meio do seu Centro de Pesquisa e Formação (CPF Sesc), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Essa parceria busca refletir sobre aspectos estratégicos na interface entre cultura, educação e tecnologias na sociedade contemporânea.

A fim de ampliar o debate público sobre o momento social e a importância de articular ou criar conexões entre as três áreas neste início de século XXI, convidamos pensadores e pesquisadores para apresentarem reflexões sobre as configurações atuais em que estamos enredados.

O ponto de partida inicia-se com base em dados sobre o atual cenário de conformação da internet no Brasil, com o objetivo de que os encontros reflitam, sob uma perspectiva ampla, acerca das produções culturais e educacionais dos ambientes digitais.

A partir dos encontros ocorridos no primeiro semestre de 2019, esta publicação coloca-se como resultado e como dispositivo para disseminar ainda mais o que foi apresentado.

Danilo Santos de Miranda
Diretor do Sesc São Paulo

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIAS

Danilo Santos de Miranda

As oportunidades e os riscos de um mundo tecnológico e conectado podem ser o reflexo, e geralmente o são, das escolhas que dirigem o processo social em sua amplitude econômica e cultural. Assim, os indivíduos e as tecnologias¹ – a exemplo da internet – tornam-se fatores significativos, entre outros mais, desse mesmo processo; ou seja, ambos constituem produtos e produtores de mudança social.

Essa afirmação pode ser desdobrada para abarcar as questões em jogo. Primeiro: é muito usual apenas partir da reflexão acerca da influência ou do efeito que as tecnologias surtem sobre os indivíduos. Entretanto, tão importante quanto esse ponto de partida é nos determos na reflexão sobre como fazemos parte da tecnologia, no sentido de nos constituirmos como grupos sociais que determinam e direcionam o uso desta. Segundo: se a tecnologia é também um modo de produção, de coisas e de sujeitos (subjetividades), ela é, também, um modo de organizar, perpetuar ou alterar as relações sociais existentes.

Muitos pesquisadores que se voltam para essa temática entendem que estamos produzindo e experienciando condições de vida humana e social com intensa tecnologização. Isso é um fato constatável. Contudo, o progresso tecnológico sempre foi afirmado como algo que possibilitaria diminuir o tempo e a energia gastos no processo de (re)produção das necessidades de vida.

Em outras palavras, quanto menos tempo e energia fossem gastos para manter a vida e suprir as necessidades, mais tempo haveria e maiores seriam as possibilidades de cada pessoa para se realizar como ser humano, se “individualizar” e se “subjetivar” – isto é, fazer arte (pintura, poesia, música...), aprender novos ofícios, “gastar o tempo em ócio”, etc. O que observamos, no entanto, é o consumo do tempo mediante o uso da tecnologia, o que recoloca a questão sobre como nos constituímos como grupos sociais que determinam e direcionam o uso das tecnologias. Por exemplo: fazemos *blogs*; somos *youtubers*; assistimos a Netflix; ficamos grudados nos celulares acessando incansavelmente as redes sociais e postando conteúdos pessoais (Facebook, Twitter, Instagram); lemos jornais digitais; e por aí vai.

Não se trata de adotarmos uma postura moralista e condenarmos o consumo do tempo pelo uso da tecnologia; ao contrário, é preciso pensar como a educação e a cultura podem ser valorizadas e beneficiadas, ao incorporarem as tecnologias, tão onipresentes, como ampliação de conhecimento e afinação de saber, justamente para a afirmação do valor do ser humano. Esse é o desafio! A tecnologia é a expressão do humano e da humanidade e também o que o ser humano faz dela; dessa forma, esse uso deve reverter para o benefício valorativo do próprio ser humano.

O filósofo francês Gilbert Simondon² (2008) apresenta um exemplo metafórico da relação entre o ser humano e a tecnologia:

Longe de ser o vigia de um grupo de escravos, o homem é o organizador permanente de uma sociedade dos objetos técnicos que precisam dele como os músicos precisam do maestro. O maestro da orquestra só pode reger os músicos porque ele interpreta, como eles e tão intensamente quanto todos eles, a peça executada. O maestro

¹ Embora se possa abordar o conceito de técnica e tecnologia em atenção à origem etimológica e ao conseqüente desenvolvimento histórico, envolvendo as produções humanas de maneira abrangente e as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que dele decorrem e que o afetam em retorno, a abordagem neste texto recobre as tecnologias de comunicação e, especialmente, a internet.

² (1924-1989).

calma ou apressa os músicos, mas é também acalmado e apressado por eles; de fato, através do maestro, a orquestra acalma e apressa cada músico. [...] Assim, o homem tem por função ser o coordenador e o inventor permanente das máquinas [das tecnologias] que estão à sua volta. O homem está *entre* as máquinas que operam com ele. (p. 171).

Tal relação cultural entre ser humano e tecnologia tem por base um componente ético e educativo. Em outras palavras, comporta um aprendizado, uma relação de ensino: a iniciação à tecnologia pode ser colocada sobre o mesmo plano que a educação científica e artística; trata-se de saber utilizar a tecnologia com um fim político e social.

A tecnologia é também um meio e, como tal, permite ao ser humano pensar a sua existência e a sua situação específica em função da realidade em que vive e a qual o rodeia. Em sentido inverso, tem-se também uma ampliação da educação e da cultura por meio das tecnologias, concedendo a ambas (educação e cultura) novas significações e justificações para a melhoria da vida em sociedade, visto que uma cultura compartilhada gera uma comunicação reguladora com base em valores.

Precisamos não perder de vista esses valores. Quais seriam alguns deles? Criar condições para a aprendizagem cidadã contínua; propiciar o direito à tecnologia como democratização cultural e a criação tecnológica pública como democracia cultural; incentivar a leitura do mundo, a autonomia de pensamento e a reflexão crítica; entre outros.

O querido pensador e sociólogo francês Edgar Morin (2000, p.11) expõe um *ensino educativo* – termo repleto de significado – para exemplificar que só ensino, como transmissão e assimilação de conhecimentos, não é o suficiente:

A missão desse ensino educativo é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre.

No Sesc, procuramos nos beneficiar com a reflexão de Morin (2000): a ênfase em cultura e educação nas nossas ações programáticas procura contribuir para um *ensino educativo*. Pensando na questão das tecnologias e em como as relacionamos com educação e cultura, citamos dois programas que estamos desenvolvendo atualmente.

Implantamos, ao fim de 2017, uma nova área, de nome Sesc Digital, cuja missão é ampliar o alcance do trabalho do Sesc São Paulo por meio da consolidação de seu protagonismo na esfera da tecnologia, entendida como elemento fundamental da cultura contemporânea e mediadora dos valores e propósitos da instituição. Dessa forma, o Sesc instaura um novo campo de possibilidades para sua ação finalística, abrangendo transversalmente os programas de Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência, com vistas à universalidade de seu atendimento e ao zelo pelo público prioritário.

Como ação do Sesc Digital, estamos implantando uma plataforma nova: sescdigital.org.br. A ideia é ter uma plataforma de mediação e difusão de conteúdo digital, de acordo com os parâmetros da instituição, em um contexto participativo de educação continuada e inclusiva. Essa é uma estrutura pensada e desenvolvida para ser o ambiente digital do Sesc São Paulo, voltada para armazenamento, gestão e publicação de bens culturais. Pretendemos consolidar o conteúdo programático gerado em um único ambiente, a plataforma Sesc Digital, a fim de construirmos um único ponto de distribuição de conteúdo.

Outro exemplo é a implantação do Espaço de Tecnologia e Artes (ETA). A ideia surgiu de três reflexões que apontavam para o horizonte dessa nova proposta: a noção de tecnologia como extensão do corpo humano – instância primeira da inventividade; o alargamento de possibilidades acarretado pela tecnologia; e a indissociação entre tecnologia e expressões artísticas. Presente em 35 unidades do Sesc São Paulo, na capital e no interior, o ETA surgiu em 2015 para reafirmar,

em uma nova configuração, princípios do antigo programa Internet Livre, e para ampliar os conceitos de “tecnologia” e de “arte” em centenas de programações que realizamos por mês.

As ações do ETA estão focadas em ideias e processos colaborativos de criação de projetos, produtos e narrativas em torno das artes, devido ao conhecimento compartilhado, à experimentação e ao exercício da criatividade permitirem desenvolver o uso crítico da tecnologia e o exercício da autonomia aos cidadãos, no intuito de promover transformações sociais e culturais.

As tecnologias analógicas e digitais dialogam por meio do oferecimento de oficinas e cursos de produção e performance audiovisual, programação, moda, ciência aberta, robótica, artesanato e artes visuais, modelagem e impressão 3D, *design* e, também, por intermédio de aulas de inclusão e letramento digital – apesar da evolução do acesso no Brasil, o fenômeno da exclusão digital não foi totalmente superado. Desse modo, a apropriação do conhecimento técnico para criação e o estímulo ao engajamento na experimentação de instrumentos diversos e de incontáveis possibilidades de expressão artística, em um espaço de liberdade, reflexão e cooperação, dão o tom do dia a dia dos ETA no Sesc.

As duas iniciativas fazem parte de um direcionamento institucional consciente, com o objetivo de criar condições para a ampliação das possibilidades criativas envolvendo educação, cultura e tecnologias. No encontro dessas três áreas, portanto, a ênfase permanece no *ensino educativo* mediante o diálogo – que se torna relacional, questionador e libertador.

Se o diálogo tem preponderância e é uma das ações que precisamos praticar para a garantia e permanência da cidadania plena, lembramo-nos agora das fecundas

palavras de Paulo Freire (1987), um dos mais importantes educadores que o Brasil já teve, quando tece reflexão sobre a subjetividade humana e o mundo que compartilhamos:

O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes ‘admiram’ um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se. Vimos que, assim, a consciência se existencia e busca perfazer-se. O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. Consciência do mundo, busca-se ela a si mesma num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesma é comunicar-se com o outro. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito. (p. 17).

Se não conjecturarmos o futuro como um horizonte do possível, nesse caso mediante o encontro entre cultura, educação e tecnologias para o bem valorativo do ser humano, envolto em um sistema de produção com digno acesso e circunstâncias reais de fruição para todos, a partir do entendimento, repito, da cidadania plena, não romperemos barreiras dolorosas e perversas criadas socialmente, como a intolerância, o racismo, o machismo, o preconceito, a xenofobia, o desprezo para com os refugiados e imigrantes – para citarmos algumas mazelas que ações inter-relacionadas nas três áreas têm o poder de remediar.

Nosso exercício de atuação social e política no século XXI não têm outra escapatória senão deixar a realidade o mais distante possível de uma iminente barbárie, de um estranhamento com o humano e com a humanidade, posição absolutamente real e imprescindível nos dias que correm.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SIMONDON, Gilbert. Cultura e Técnica. In: **Revista Nada**, nº 11, maio de 2008, Lisboa, Portugal.

PRINCÍPIOS DA INTERNET PARA A CIDADANIA DO SÉCULO XXI

Demi Getschko

Em 2019, celebramos importantes acontecimentos para a Internet no mundo e no Brasil. Há 50 anos, em 29 outubro de 1969, houve a primeira troca de mensagens entre computadores dentro do projeto Arpanet, origem da ainda futura Internet. Criada para conectar computadores para troca de dados e informações, a princípio o acesso e o uso da rede restringiam-se ao universo acadêmico: a sua expansão ocorreu, sobretudo, com o surgimento da Web, há 30 anos, trazendo a possibilidade de criação de sítios e do emprego de imagens e de outros conteúdos audiovisuais. Também há 30 anos, em 19 de abril de 1989, o .br era delegado pela Autoridade para Atribuição de Números na Internet (IANA - Internet Assigned Numbers Authority) ao grupo que operava redes acadêmicas na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), dando origem ao registro de nomes de domínio com o “sobrenome” .br.

Em 1995, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que, com os recursos arrecadados pelo registro sob o .br, operados pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), tem estimulado iniciativas de desenvolvimento da Internet no país. O CGI.br é um órgão multissetorial, formado por representantes do governo, da academia, do setor empresarial e do terceiro setor, responsável, entre outras ações, pelo estabelecimento do decálogo de Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil (CGI.br, 2009). Feito que completa dez anos em 2019, o decálogo fundamentou a construção do Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014); promulgado em abril de 2014, completa cinco anos também neste ano.

Indispensáveis para a regulação e a governança da Internet no país, tais princípios fornecem bases

estruturantes à reflexão em torno dos temas da cultura, da educação e das tecnologias para a cidadania do século XXI. Sob esse prisma, destacam-se, em especial, os princípios que tratam da neutralidade da rede, da universalidade, da liberdade de expressão e da diversidade.

Do ponto de vista de sua concepção, a Internet é uma rede que liga remetente a destinatário, de ponta a ponta, sem interferir na comunicação. Os protocolos definidos para a Internet são naturalmente agnósticos em relação ao conteúdo que transportam, garantindo a neutralidade na comunicação entre origem e destino. Assim, o princípio da neutralidade constante do decálogo do CGI.br determina que o tráfego na rede ocorra sem filtragens ou privilégios, seja por motivos políticos, comerciais, religiosos, culturais, ou qualquer outra forma de discriminação ou favorecimento. O encaminhamento dos pacotes deve se dar, portanto, sem interferência por parte de intermediários e operadores, a fim de permitir que a rede congregue conhecimentos e informações sem restrições, limitações, bloqueios ou qualquer outra avaliação de mérito dos conteúdos compartilhados.

A neutralidade, no entanto, não garante sozinha que a Internet se constitua em uma ferramenta efetivamente democrática e cidadã. A universalidade do acesso, a liberdade de expressão e a diversidade de conteúdos disseminados *on-line* são princípios complementares e igualmente necessários. Devido a características técnicas e de infraestrutura, entretanto, pode haver locais em que o acesso à Internet seja muito difícil ou mesmo inexistente. Dessa forma, o esforço para que o acesso universal à Internet seja conquistado é prerrogativa para a construção de uma sociedade inclusiva, também no ambiente digital.

A universalidade é um pressuposto para o acesso equitativo a uma ampla gama de informações, recursos educacionais e expressões culturais. Há, no entanto, desafios ainda consideráveis para seu alcance no

contexto brasileiro, dada a extensão de seu território e as desigualdades de infraestrutura entre áreas urbanas e rurais, entre regiões do país e, mesmo, entre classe sociais. Apesar da notável expansão do acesso na última década, a pesquisa TIC Domicílios 2017 (CGI.br, 2018b) revelou que a proporção de domicílios conectados nas áreas urbanas (65%) era quase o dobro que nas áreas rurais (34%). Entre indivíduos, enquanto o uso da rede estava praticamente universalizado nas classes A (96%) e B (89%), apenas 42% dos indivíduos das D e E eram usuários de Internet. Além disso, vale considerar que parte dessa expansão no acesso tem se valido, sobretudo, de conexões móveis, via telefone celular – em especial nas áreas mais afastadas e entre as classes mais desfavorecidas –, e que os tipos de conexão e de dispositivos utilizados para acesso à rede geram reflexos e eventuais restrições no uso possível, nas aplicações e nos recursos disponíveis aos usuários da rede.

Para além da conexão, há ainda um segundo nível de acesso a ser considerado, que implica a apropriação crítica das tecnologias. As atividades realizadas pelos usuários de Internet brasileiros fornecem algumas pistas para a compreensão desse cenário. Nesse sentido, os dados indicam que o uso da rede ocorre, sobretudo, em atividades de comunicação e entretenimento. De acordo com a TIC Domicílios 2017 (CGI.br, 2018b), predominavam: o envio de mensagens (90%), o uso de redes sociais (77%), o compartilhamento de conteúdo na Internet (73%) e o acesso a vídeos, filmes ou séries e à música *on-line* (ambos com 71%). Por outro lado, a publicação de conteúdos gerados pelos próprios usuários, como textos, imagens, vídeos ou músicas, era realizada por 37% dos usuários de Internet brasileiros. Entre aqueles que publicaram conteúdos de própria autoria, a proporção era de 43% entre os que tinham Ensino Superior, contra 21% dos com Educação Básica ou analfabetos.

No setor da Educação, mais especificamente, boa parte dos alunos de escolas urbanas fizeram pesquisas

na Internet, por curiosidade ou por vontade própria (87%) ou para trabalhos de escola (86%), de acordo com a pesquisa TIC Educação 2017 (CGI.br, 2018a). Esses números são maiores do que a proporção dos que publicaram na Internet texto, imagem ou vídeo de sua autoria (47%), ou que divulgaram na rede um trabalho da escola próprio ou realizado em grupo (24%). Há, ainda, nesses percentuais, diferenças entre alunos das escolas públicas e particulares. Do ponto de vista dos professores, embora 96% utilizassem recursos obtidos na Internet para a preparação de aulas ou atividades com os alunos, apenas 26% publicavam o conteúdo produzido na Internet, sendo 34% de escolas particulares e 23% de escolas públicas.

Entre as instituições culturais, por sua vez, o uso da rede era mais para a divulgação das atividades e programação cultural oferecidas presencialmente, do que para a criação e disseminação de conteúdos *on-line*. Os indicadores da pesquisa TIC Cultura 2018 (CGI.br, 2019) demonstram que a transmissão de vídeos ao vivo via *websites* não ultrapassava o percentual de 20% em nenhum dos tipos de equipamentos culturais analisados, incluídos arquivos, bibliotecas, bens tombados, cinemas, museus, pontos de cultura e teatros. A possibilidade de visita virtual era apresentada por apenas 10% dos museus, e a oferta de cursos à distância alcançava a proporção máxima de 12% entre arquivos e pontos de cultura. Embora a digitalização de acervos ocorresse na maior parte das instituições entre arquivos (77%), museus (61%), pontos de cultura (61%) e bens tombados (55%), apenas uma pequena parcela dos acervos estava digitalizada e, mesmo assim, a disponibilização dos acervos digitalizados para o público ocorria, principalmente, no local de funcionamento das instituições, e não de forma *on-line*.

Os dados revelam a importância da Internet como ferramenta de acesso a bens culturais, educacionais e informativos, ao mesmo tempo que indicam um uso mais limitado para a produção e a oferta de conteúdos

próprios, tanto por parte da população em geral, quanto de atores diretamente envolvidos com os campos cultural e educacional. Além disso, apontam ainda para a permanência de distinções por localização, classe social, renda e escolaridade, com oportunidades desiguais em termos do uso e das capacidades de apropriação da rede.

Também presentes entre os Princípios para a Governança e Uso da Internet estabelecidos pelo CGI.br estão as questões da liberdade de expressão e da diversidade. A liberdade de expressão constitui premissa basilar para o desenvolvimento da cultura e da educação, por possibilitar a difusão de diferentes perspectivas; para que se alinhe à perspectiva cidadã, no entanto, deve partir de um enfoque que leve em conta a privacidade dos indivíduos, o respeito aos direitos humanos e a diversidade de valores, crenças ou expressões.

Quando do surgimento da Internet e do estabelecimento das primeiras conexões entre redes acadêmicas, prevalecia, até pelo público envolvido, a impressão de que ela padronizaria o inglês como língua franca e forma básica de comunicação e de expressão. Temia-se que tal processo gerasse ainda maior exclusão e ameaça às culturas locais, dificultando a sua sobrevivência; entretanto, a ideia de que a expansão da rede provocaria uma homogeneização não se mostrou totalmente verdadeira. Pode-se dizer, inclusive, que a Internet contribuiu para a sobrevivência de expressões culturais mais restritas e que talvez não teriam massa crítica, permitindo a sua difusão e extensão para além de estreitos limites territoriais. Em virtude de possibilitar que outros atores e comunidades conheçam e se associem a determinadas manifestações culturais, a rede auxilia a sua preservação e disseminação – como ocorre, para citar apenas um exemplo, com a difusão de filmes indígenas em formato digital.

Com o objetivo de garantir esse efeito, contudo, é importante ressaltar o princípio de que a diversidade cultural deve ser respeitada e preservada e a sua

expressão deve ser estimulada no ambiente digital. Para além da neutralidade da rede, do acesso universal e da liberdade de expressão, portanto, coloca-se a atenção sobre a efetiva presença e visibilidade de expressões diversas no âmbito da Internet. Características mais novas desse ecossistema, como a concentração dos intermediários na comunicação e difusão de conteúdos multimídia e o predomínio das grandes plataformas com seus algoritmos pouco compreendidos são importantes questões a serem consideradas, tendo em vista a garantia da diversidade *on-line*.

Em resumo, a Internet tem inúmeras características que, do ponto de vista da cidadania do século XXI, são alvissareiras para uso na educação e na cultura, seja para a preservação da memória, seja para a difusão da informação e incremento da participação. Por outro lado, há diferentes oportunidades para o pleno aproveitamento dos potenciais benefícios da rede: o seu uso pode ser inapropriado, via conteúdos que visam a desinformação. São esses obstáculos que devem ser enfrentados em sintonia com os princípios já amplamente referendados, mas que não diminuem a importância crítica que a Internet carrega.

Que ela se constitui numa tecnologia inovadora e muitas vezes disruptiva, que traz novos e inesperados modelos de negócios e que impõe mudanças nas formas de produção, consumo e acesso à informação, à educação e à cultura é fato inquestionável. A questão fundamental é qual o rumo a ser trilhado a fim de auxiliar a sua consolidação, em uma perspectiva que considere direitos, liberdades e responsabilidades e que esteja voltada para o desenvolvimento intelectual, humano e social.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.965**, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 23 abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 08 abr. 2019.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. **Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil**. Resolução CGI.br/RES/2009/003/P. São Paulo: CGI.br, 2009. Disponível em: <https://principios.cgi.br/>. Acesso em: 08 abr. 2019.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras – TIC Educação 2017**. São Paulo: CGI.br, 2018a. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_edu_2017_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 08 abr. 2019.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2017**. São Paulo: CGI.br, 2018b. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 08 abr. 2019.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros – TIC Cultura 2018**. São Paulo: CGI.br, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/tic_cultura_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 08 abr. 2019.

O CONSUMO COMO O FIM: FINALIDADE OU DESTRUIÇÃO¹

Fernando José de Almeida

A vida na nova sociedade de consumo é marcada pelas lógicas do “sempre mais” que constroem a sociedade das efervescentes opções de escolha. Um consumidor hiperindividual (como somos todos nós) realiza sua busca perpétua de experiências sensoriais de bem-estar, engendrando uma “felicidade paradoxal”. Quanto mais os prazeres privados se multiplicam, mais as frustrações da vida íntima, as ansiedades e as depressões são afirmadas. Não é o consumo como tal que deve ser denunciado, mas os seus excessos, “o mau uso”. Distante do desafio do hiperconsumo, a urgência é, antes do tudo, integrar os requisitos ecológicos à vida econômica.²

E, acrescentaria, do conhecimento. Este texto abordará, sobretudo, o conhecimento.

Já faz parte do senso comum, e todos sabem, que qualquer informação pode ser reduzida a algo como pequenas partículas de imagens ou sons. A letra A ou o som dó podem ser apresentados numa tela ou num alto-falante, quando reduzidos a programas e códigos compostos, e *bits* 0 ou 1.

Desde as pequenas partículas de informação até as grandes massas de dados, todas são resultados da redução de cada átomo de informação em *bits* e *bytes*, tratados por linguagens de máquinas e programas, como afirma Friedman (2009, p. 82): “O computador baseia-se na lógica

binária. Isso simplesmente significa que ele lê descargas elétricas, que são negativas ou positivas, como 0 e 1”.

No entanto, o computador

[...] só pode lidar com coisas que possam ser expressas em código binário. Pode tocar música, mas não pode escrever (pelo menos não muito bem) ou explicar sua beleza. Pode armazenar poesia, mas não sabe o que ela significa. Permite que v. procure qualquer livro que exista na face da terra, mas não consegue distinguir o bom ou mal uso da gramática – pelo menos não muito bem. (FRIEDMAN, 2009, p. 82).

Há dois enormes precipícios abertos por dois equívocos mentais e conceituais consolidados na hipermodernidade desta primeira vintena do século XXI.

De um lado, abre-se campo ao equívoco de se confundir a complexidade do conhecimento com o volume dos dados e informações. A quantidade de dados ou de informações não produz, por geração espontânea, nenhum conhecimento: apenas acumula potencial de... transformação. Não a garante, se não for trabalhada pelos processos cognitivos intencionais.

Além disso, o ciclo do conhecimento humano é mais complexo ainda.

Dados, informações, conhecimento, sabedoria, ideologias e valores são uma linha produtiva evolutiva que articula os processos cognitivos intencionais num todo que compõe o universo cognitivo e valorativo humano.

¹ Este artigo é feito no contexto do evento de lançamento do primeiro caderno do ciclo “Cultura, Educação e Tecnologias em Debate”, a partir da conferência de abertura dos trabalhos do ano de 2019, feita pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky, em que abordou o tema: “A nova sociedade do consumo: somos mais felizes?”

Nascido em 1944, Lipovetsky vive em Grenoble, onde leciona Filosofia. Em 2019, foi agraciado como Cavaleiro da Legião de Honra da França.

Fernando José de Almeida pretende, no texto, contextualizar a palestra de Lipovetsky no panorama dos debates havidos até aqui, dando um cenário de diálogo do pensamento do autor com outros autores que têm ampliado a tarefa reflexiva sobre hiperconsumo, felicidade, economia líquida, educação e cultura. As tecnologias, ditas do conhecimento, costuram esses complexos temas e suas perspectivas. Este texto debate uma vertente dessa problemática: o conhecimento como consumo e as possíveis desvirtuações de seu sentido.

O artigo trata, basicamente, do conhecimento como forma de estar no mundo (forma tão desgastada como pouco valorizada nesta mesma sociedade, chamada da informação), procurando estabelecer um diálogo entre o que Lipovetsky abordou em sua conferência e os temas mais gerais do ciclo “Cultura, Educação e Tecnologias em Debate”.

² Apresentação da conferência de Gilles Lipovetsky no material de divulgação do ciclo “Cultura, Educação e Tecnologias em Debate”.

Mas não é assim que se difundem na sociedade das mídias e da comunicação, dita total, o sentido do conhecimento e o seu complexo trajeto histórico, nem mesmo como se operam os processos individuais mentais. Muitas sínteses ligeiras e simplificadoras são apresentadas como constituidoras de uma nova realidade cognitiva; por isso, equivocadamente, afirma-se: fora os conteúdos, viva as vitrines! Nesse sentido crítico, Lipovetsky e Serroy (2015), em seu livro *Estetização do mundo*, afirmam que:

Longe de se reduzir unicamente à cultura comercial, o capitalismo artista [e pode-se dizer aqui também o capitalismo do conhecimento e da educação]³ aparece mais amplamente como o agente promotor de uma cultura estética democrática, de um modo de vida estético voltado para os prazeres consumistas, as novidades, as sensações, o conforto, a distração e o luxo. (p. 147).

Uma tarefa que tem sido bem desempenhada pela sociedade de massa ou mídia rasa e ligeira é a síncope de um longo e complexo processo da sabedoria humana, reduzindo-a a três passos:

1. fazer crer que os dados e as informações devem ser entendidos como “o conhecimento humano”;
2. divulgar incessantemente que a rapidez com que são produzidos os tornam mais essenciais ao pensamento que os passos dados pela reflexão, pela cognição, pela atenção, pelo rigor, pela valoração e criatividade – características constituidoras do conhecimento e do saber;
3. fazer crer que o ser humano pode atribuir à máquina ou às nuvens digitais as tarefas de pensar e produzir conhecimento.

Enfim, busca a sociedade do hiperconsumo criar uma lei de fundo epistemológico de que o conhecimento humano é redutível ao seu aspecto das experiências ou aos seus códigos e não ao seu sentido de elaboração mental das experiências trazidas pelos sentidos.

Apesar das tantas e insistentes falas de muitos autores, como Morin (2005) – e de intelectuais como Bauman e Bordonni (2016), Lipovetsky (2005a, 2005b, 2007, 2009), Lipovetsky e Juvin (2012), Lipovetsky e Serroy (2015), Han (2017, 2019) e outros –, a questão da complexidade do conhecimento humano na hipermodernidade tem sido mal tratada, desconhecendo-se que sua complexidade é irredutível a *bytes* ou a *big data* ou a algoritmos que buscam imitar a cognição humana. Afirma Morin (in Wikimedia, 2019):

Convém antes de tudo falar do pensamento complexo mais do que do pensamento crítico, pois o pensamento complexo engloba três formas de pensar: o crítico, o criativo e o responsável. Os critérios do pensamento crítico são os seguintes: ele é guiado por critérios particulares e por procedimentos autocorretivos e sensíveis ao contexto. O pensamento criativo é guiado por critérios às vezes contraditórios, heurísticos, orientados para resultados e autotranscendentes (sintéticos), governados pelo contexto no qual ele aparece. Quanto ao pensamento responsável, é aquele que pressupõe uma comunicação dialógica, uma abertura ao outro e às divergências, e a uma vontade de mudança (tradução nossa)⁴.

³ Incluído pelo autor deste texto.

⁴ No original: “Il convient davantage de parler de pensée complexe que de «pensée critique», puisque la pensée complexe englobe les trois modes de pensée: critique, créative et responsable. Les critères de la pensée critique sont les suivants: guidée par des critères particuliers, guidée par les procédures, auto-correctrice et sensible au contexte. Les critères de la pensée créative sont: guidée par des critères parfois contradictoires, heuristique, orientée davantage vers les résultats, auto-transcendante (synthétique), gouvernée par le contexte dans lequel elle apparaît. Quant à la pensée responsable, c’est une pensée qui présuppose une communication dialogique, une ouverture à l’autre et aux divergences et une volonté de changement.”

Mas o que é o pensamento complexo?

A passagem do pensamento simples (adivinhar, preferir, crer...), para o pensamento complexo (propor hipóteses de solução, criar relações, buscar critérios, apoiar-se em justificativas válidas, autocorrigir-se...) não advém senão depois de uma aprendizagem sistemática que requer um ambiente adequado. (Wikimedia, 2019, tradução nossa).⁵

Os tempos iniciais do século XXI estão marcados pelas ideias – muito divulgadas – de que pensar não exige “aprendizagem sistemática nem requer um ambiente adequado”.

Divulga-se em nome da modernidade que tudo já está conhecido e se localiza nas nuvens digitais, acessáveis por mecanismos de busca. Sendo assim, conhecer é consultar *sites, blogs, wiki*, bancos de dados e aulas disponíveis em cursos prontos e colocados bem à distância.

Entre os motivos desse antagônico “aligeiramento” dos processos de acesso e de construção do conhecimento estão aqueles que propõem redução do conhecimento ao conhecimento binário, aos fantásticos mundos da “gamificação” e da facilitação dos processos cognitivos. Refere-se aqui ao “aprenda tudo em cinco lições”, ao “aprenda dormindo”, ou ao lúdico como motivação sedutora.

Os 20 anos iniciais do século XXI sedimentam também um cenário de extrema ambiguidade em relação à economia, à tecnologia e à educação formal. De um lado, os anúncios sistemáticos e proféticos de enormes melhorias de qualidade de vida e aventuras interplanetárias; de outro, a constatação concreta de desastres iminentes e de desventuras concretas, como as migrações resultantes de fome e de guerra.

Do lado dos esperançosos, a promessa de vida estendida

até os 150 anos (HARARI, 2016) e, do lado das ameaças, os riscos da destruição das cidades costeiras pelo crescimento dos níveis dos oceanos, resultantes do degelo, aliados à destruição da vida aquática, forçada por milhões de toneladas dos lixos marinhos.

As esperanças surgem com as promessas de um conhecimento acessível para todos; porém, como seu contraponto, emergem os processos contínuos de concentração de renda e os desastres oriundos da “financeirização” dos investimentos, em oposição ao capital produtivo ou de investimentos em empreendimentos que gerem trabalho e distribuição de rendas (DOWBOR, 2017).

No contexto histórico mais amplo em que se situam nossas questões, mesmo as do conhecimento reduzido à mercadoria, há a perspectiva da concentração do poder. Não apenas se vislumbra o poder como abstração política, mas como dimensão econômica de concentração: trata-se de concentração de poder e de renda. Escolas, universidades, institutos de pesquisa e canais midiáticos de comunicação atribuem-se integralmente a função de serem guardiães da nova modalidade de conhecimento: o conhecimento consumível, adquirível, exteriorizado em plataformas numéricas ou transferíveis de pais para filhos – como as antigas heranças de bibliotecas não lidas.

Thomas Piketty (2015) desenvolve profundo estudo sobre os processos de concentração de renda e salários e a sua relação com os estudos por nível de faculdade e por anos estudados, em seu livro *Economia da desigualdade*, que traz luz esclarecedora sobre o tema.

No miolo de nossas questões está o “consumo”. Como verbo, como substantivo, como valor. Cabe esclarecer o termo.

⁵ No original: “Le passage de la pensée simple (deviner, préférer, croire...) à la pensée complexe (proposer des hypothèses de solution, créer des relations, rechercher des critères, s'appuyer sur des justifications valides, s'auto-corriger...) n'advient qu'à la suite d'un apprentissage systématique et requiert un environnement adéquat.”

A ida à etimologia sempre é um bom começo para radicalizar (no sentido de ir às raízes) o tema e perceber sua história evolutiva. *Sumo* (lat.): tomar, agarrar, aceitar, vestir. Precedido da partícula *re-* (resumo), tem o sentido de tomar de novo, para re-olhar com calma e ver a essência da coisa. No entanto, o prefixo *con-* faz o verbo consumir ganhar o sentido de terminar, acabar por completo, anular, destruir. Assim como *sumir* tem o significado de desaparecer. Ora, metaforicamente, o termo *consumo* não esconde, desde as suas origens, o sentido forte de destruição. Mesmo usando o alimento como metáfora, o consumo de um alimento é carregado da ideia da destruição do ser consumido para se transformar na própria essência do consumidor. Pelo processo alimentar, as ervas tornam-se animais, assim como as gazelas tornam-se leões. O termo *consumidor* já era empregado no século XVI, mas *consumista* ou *consumismo* só começou a ser usado no século XX, carregando em si a ideia de exagero ou iteração da atividade de consumir.

Gilles Lipovetsky, em sua palestra, indica exatamente o paradoxo da sociedade destes 20 primeiros anos do século XXI: pode o consumo trazer a felicidade? Pode o sempre maior consumismo, paroxismo do consumo, trazer mais e maiores experiências de felicidade?

A vida na nova sociedade de consumo é marcada pelas lógicas da profusão do sempre mais. Desenvolve-se tal lógica no interior de uma sociedade de uma sempre maior e mais diversificada situação de oferta de escolhas. Serão as múltiplas escolhas de aquisição, de viagens, de opções afetivas as melhores condições de felicidade, ou serão suas limitações a origem das frustrações em número e diversificação?

Consumo (d)e conhecimento

Os rebatimentos e os efeitos da mercantilização expandem-se e se alastram por todos os domínios da vida social e cultural, inclusive para a vida intelectual, afetiva e da saúde. Lipovetsky denuncia que mesmo

o cotidiano mais próximo e antropológicamente forte do ser humano, como o falar ou o andar, tornam-se objetificáveis pela formatação de suas expressões em algo quantificável e, portanto, vendável.

O conhecimento, seus processos de elaboração, seus espaços e métodos de construção e difusão começam a ser reduzidos a novos conceitos, de forma discreta, mas como um vírus de rápido e eficaz crescimento. De um lado, reduz-se o sentido de conhecimento, tratando as informações e os dados como conhecimento. De outro, tratando o conhecimento, assim reformatado e empobrecido, como se fosse saber, como aprendizagem, como verdade, como ética, como filosofia, como axiologia, como pensamento. Tudo funciona como se os mecanismos de busca cumprissem as finalidades e as reflexões da ética, da estética, da axiologia ou do pensamento crítico: campo fértil para a pós-verdade, mãe da *fake news*.

A redução de tudo a uma pasta amorfa de dados, produzidos em escala nunca vista, é apresentada como sinal de vitalidade e de verdade, e de que as essenciais e orgânicas formas de produzi-las não são mais capazes de dar conta da tarefa. De novo, confunde-se a fartura das gôndolas de produtos alimentícios e suas variedades com a boa alimentação. Os processos orgânicos pelos quais o conhecimento é construído não são feitos de jogos ou de acesso rápido ou ubíquo. A rapidez não é conhecimento, a ubiquidade não constrói estruturas mentais e a ludicidade não categoriza formalmente as linguagens ou os princípios da ciência.

Conhecimento, poder e mercadoria

Sempre o conhecimento foi poder e sinal de poder; contudo, agora, quando transformado em mercadoria, nunca se evidenciou tanto o seu poder. Nunca ele foi tão agudamente objeto de desejo mercadológico: de venda e de compra. A *bitificação* do conhecimento é uma exigência da pós-modernidade hiperconsumista. Entretanto, seu processo de redução a *bit* (ou a

qualquer outra moeda linguística) é acompanhada de apropriações sucessivas e concêntricas de seus resultados e de sua concretização.

Compra-se o tempo da conversa ou da fala nas terapias (uma das essências do homem), assim como se compra o andar, o caminhar ou o correr nas esteiras das academias *fitness*, existentes em tantas esquinas. Tal *entranhamento* do consumo no tecido do capitalismo mundial leva a uma homogeneização e hegemonia dos conteúdos específicos dos bancos de armazenamento e de tratamento de dados e seus algoritmos. Eles corroem os sentidos profundos do que é conhecer, do que são a sabedoria, o julgamento racional e a ética.

Conhecimento – subjetivismo e objetivismo

O conhecimento é um complexo e delicado diálogo entre o sujeito e o objeto.

Uma realidade interna subjetiva e pessoal entra em relação com o outro diferente de si e externo ao seu núcleo inicial e identitário. O sujeito, ao encontrar o diferente de si num processo de experimentação, inicia um momento de estranhamento. A esse processo – de encontro com o outro e de percepção de si pelo diferente – dá-se o nome de conhecimento.

A palavra francesa *con-naître* dá uma pista, metafórica, do que seja essa relação de co-nascimento.

O sujeito cognoscente, ao conhecer, dá nascimento ao ser conhecido.

Por exemplo, o conceito de árvore formado, nomeado, comunicado pelo ser que a conhece, dá verdadeira “vida” ao objeto conhecido. O sujeito cognoscente traz à vida os elementos constitutivos da árvore. Pequena ou grande, desenhada ou vista, longe ou perto, existente ou imaginária, ela se forma a partir das categorias criadas pelo sujeito: sua funcionalidade (dar sombra, produzir frutos...), suas utilizações (podem ser queimadas e dar

calor, podem edificar casas...), suas classificações (famílias de eucaliptos, cedros, pinhos...), suas cores e tamanhos imaginários... A esse conjunto de atributos pode-se, metaforicamente, afirmar que lhes deram nova vida. A árvore ganhou significados que ela não daria a si mesma.

De alguma forma, o conhecimento, inaugurado pelo ser humano, trouxe a vida ao ser “árvore”, como a sombra, a utilidade, a beleza, a embarcação. Por seu lado, toda a vez que o ser humano conhece algo, ele renasce, sendo marcado, em sua essência cognitiva, como um novo ser que é: ele mais suas cognições. O ser humano sai transformado e mais completo a partir de cada experiência cognitiva, sem aprofundar aqui nos conhecimentos interpessoais e valorativos, que nos levam a outras ricas dimensões do conhecimento.

Conhecimento é a subjetivação da realidade.

Reduzir o conhecimento a *bit* ou *bytes* é retirar da relação cognitiva o objeto como experiência de interpretação do real e de formação do próprio sujeito. Seria uma espécie de morte do sujeito cognoscente. Consumo de informações *bitificadas* não supõe construção, nem relação, nem subjetivação da realidade, nem vida subjetiva. Assim o consumo hiperinvasivo é a destruição dos processos cognitivos, em nome da rapidez, da ubiquidade, do *big data*, das nuvens, dos mecanismos de busca.

Por isso, afirma-se, mesmo na estreiteza de um artigo: não é o binário consumível que traz felicidade, principalmente quando se considera o conhecimento algo complexo e quando o consumo do conhecimento leva ao paroxismo as consequências do hiperconsumismo como objeto da felicidade.

Dentro deste contexto, Lipovetsky (2007) vai cunhar o conceito de sociedade da decepção em seu livro homônimo, cujo tema foi buscar a relação do consumo com a busca da felicidade. Uma

sociedade de hiperconsumo é capaz de gerar seres humanos hiperfelizes?

Se medirmos graus de felicidade, que indicadores de consumo deveriam estar atrelados a ela? Os títulos de seus livros indicam a não existência da correlação entre hiperconsumo e hiperfelicidade.

Ajuntamos aqui que a sociedade que busca tudo consumir até a devastação total usa, de forma articulada com as demais formas de consumo, o conhecimento como maneira mercantilizada de redução da subjetividade cognitiva, como material binário de consumo.

Conhecimento e felicidade não se reduzem a informações nem a conteúdos binários. Conhecimento e felicidade são elementos complexos, objetos de hesitação, dúvidas, contradições, erros e incertezas.

Logo, sempre continuarão a ser desafios na busca da felicidade individual, histórica e social.

Referências

BAUMAN, Zigmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CONTEÚDO aberto. In: **Wikipédia: a enciclopédia livre**. Disponível em: https://fracademic.com/dic.nsf/frwiki/1313152#cite_note-3. Acesso em 04 de setembro de 2019.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo** – a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

FRIEDMAN, George. **Os próximos 100 anos**: Uma previsão para o século XXI. Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Petrópolis: Vozes, 2019.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**: Uma breve história do amanhã. São Paulo: Cia. das Letras, 2016.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**: Ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri, São Paulo: Manole, 2005a.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade pós-moralista**: O crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Barueri: Manole, 2005b.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade da decepção**. Barueri: Manole, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles; **Da leveza**: Rumo a uma civilização sem peso. Barueri, São Paulo: Manole, 2016.

LIPOVETSKY, Gilles; JUVIN, Hervé. **A globalização ocidental**: Controvérsia sobre a cultura planetária. Barueri: Manole, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: Viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/313.pdf>

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

CONHECIMENTO NEGRO COMO ANTÍDOTO AO HIPERVAZIO: RELATORIA REFLEXIVA DA INTERVENÇÃO DE GILLES LIPOVETSKY

Bianca Santana

Tarde de vinte e três de abril de 2019. Sesc 24 de maio. Uma audiência atenta acompanha a conferência de Gilles Lipovetsky, parte do Ciclo “Cultura, Educação e Tecnologias em Debate”, promovido pela PUC-SP, Cetic.br/NIC.br e Sesc. Com um francês pausado, o filósofo, teórico da hipermodernidade, apresenta noções-chave de seu pensamento, sob o título “A nova sociedade de consumo: somos mais felizes?”. Desde o púlpito, localizado à direita do palco, explica que o consumo vivenciado hoje é diferente daquele dos anos 1950. Nosso tempo, do *hiper*, seria marcado pelo “sempre mais”: mais energia, mais eletrônicos, mais lazer, mais músicas, mais shows. De compradores, teríamos chegado a hiperconsumidores especializados – fazemos pesquisas detalhadas antes de escolher determinado produto – e buscamos experiências. Tudo com rapidez. Além das camisas de basquete customizadas, estaríamos também em busca de consumo emocional. A insatisfação conosco, que provoca a procura por satisfação no mercado.

Importante ouvir de um pesquisador do Norte, respeitado no mundo todo, a problematização que se faz nas roças, terreiros e casas de candomblé. Sem palco, nem púlpito – em círculo –, no tempo pautado pelos ritmos da natureza, taatas, ialorixás e babalorixás nos questionam sobre a pressa, sobre o consumo, sobre o exagero do hiper. Buscar dentro, no olhar da outra e do outro, nos ensinamentos dos mais velhos e mais velhas, permite-nos pertencimento e saciedade: nada disso existe no mercado.

Tantas vezes reduzido a religião, o candomblé pode ser lido também como uma complexa e eficaz tecnologia social de preservação da memória e da vida da população

negra. Muitas vezes lideradas por mulheres, famílias de santo extrapolaram laços consanguíneos – dilacerados pelo sistema escravista por quase quatro séculos –, constituindo comunidades de partilha material, simbólica e espiritual. As possibilidades de bem-estar, cura de doenças, alimentação e partilha de saberes compartilhadas nos terreiros permitiram a vida de pessoas negras negligenciadas, quando não executadas, pelo Estado. Nenhuma dessas possibilidades está à venda no mercado. Nunca esteve. Elas são comuns.

Os desafios do hiperconsumo, pontuados por Lipovetsky em sua palestra, são urgentes. Segundo o filósofo, é necessário integrar uma perspectiva ecológica ao modelo de vida e desenvolvimento. Cultura e arte nos permitiriam diversificar alegrias e paixões que não passem pelo consumo: uma fala essencial a quem está nos postos de comando da política e das empresas brasileiras. O modelo de desenvolvimento exacerbado e de destruição da natureza em busca do lucro está falido. Espantoso observar o Brasil na contramão, com o agronegócio destruindo matas e águas, ocupando o Congresso Nacional e ditando as regras de convivência, educação, saúde, segurança; retirando povos tradicionais de seus territórios, os quais, embora não vivam no passado, nos ensinam nossas melhores possibilidades de futuro.

Indígenas e quilombolas, tão odiados pelo atual governo e por seus apoiadores na sociedade, vivem de forma harmônica com os outros seres da terra. Preservam recursos naturais, sociais, humanos. Geram riqueza sem destruição. Criam possibilidades de existência comum e partilhada, que podem ensinar a quem busca alternativas ao hiperconsumo e pretende encarar os desafios pontuados por Gilles.

Para Abdias do Nascimento (2002), pensador negro, a chave do futuro estaria na compreensão da partilha comunal, que, historicamente, nos permite viver, apesar do permanente estado de terror. Segundo ele,

a urgência seria codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas. A tarefa essencial seria edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo. Por quilombo, não falamos sobre a fuga de pessoas escravizadas, mas, nas palavras de Abdias, sobre

“reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. (...) Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico.” (NASCIMENTO, 2002, p.348)

Lipovsky em sua palestra afirma, enfaticamente, que o objetivo da vida não pode ser consumir. Além disso, delinea que a busca privada pelo prazer gera frustrações, decepções, insatisfações que fortalecem o mercado e o hiperconsumo. A partir do diagnóstico preciso do pensador, é possível buscar comunidades que se pautam por lógicas diferentes destas. Se, por tanto tempo, o Norte é que nos ensinava e falava por nós quais seriam as respostas para o nosso futuro, talvez seja o momento de ouvirmos do Sul respostas possíveis. Camponesas andinas. Indígenas sul-americanos. Povos africanos. Quilombolas. Povos de terreiro. Nós, que por tanto tempos fomos vistos à margem da estrutura social e econômica, temos tecnologias sociais potentes que não estão pautadas no hiperconsumo nem na destruição. O olhar colonizado pode seguir buscando respostas no Norte. A solidariedade quilombola convida-nos a compartilhar com o Norte algumas possibilidades de resposta. Em vez da busca por felicidade em conferências, a possibilidade de vivenciá-la de pés descalços.

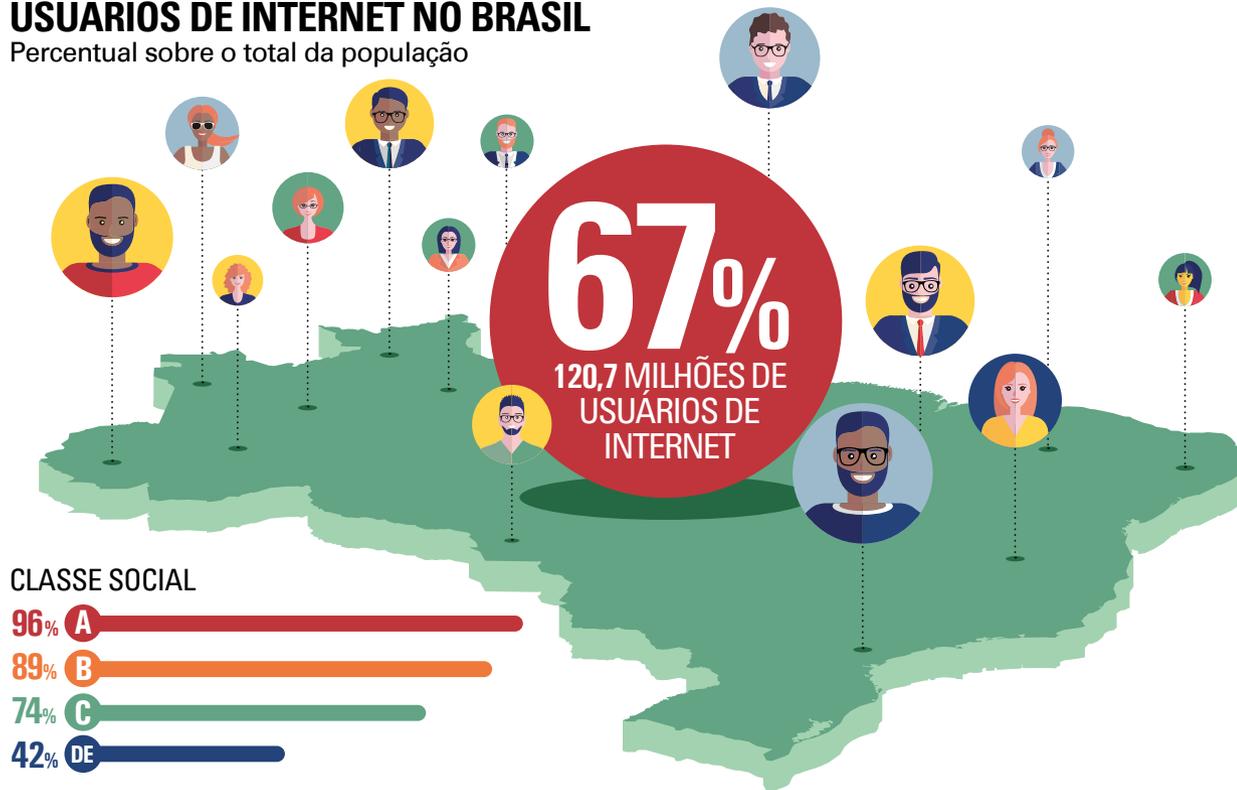
Referências

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/OR Editora, 2002.

USO DE INTERNET E ATIVIDADES CULTURAIS

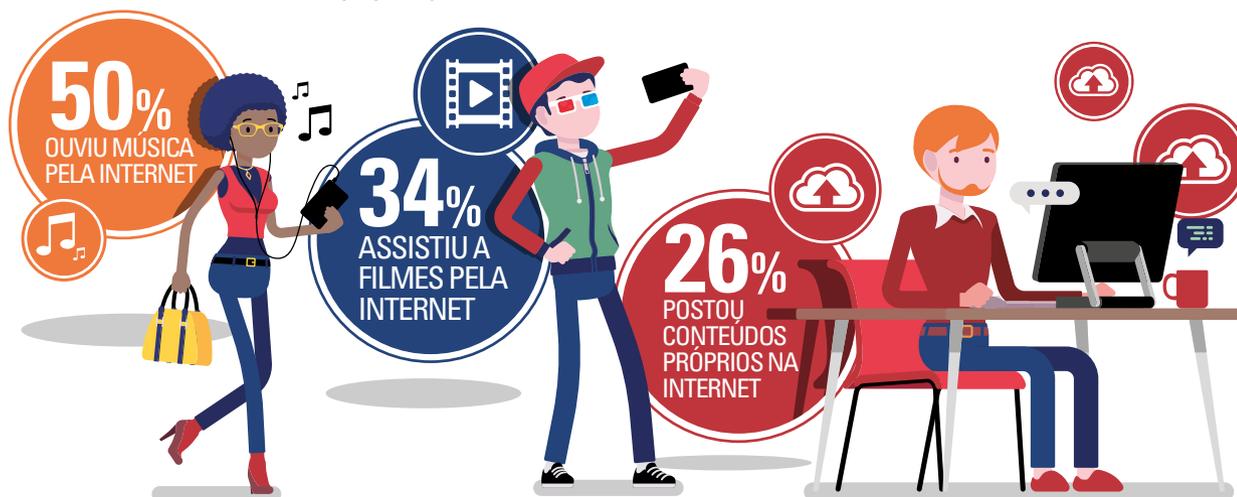
USUÁRIOS DE INTERNET NO BRASIL

Percentual sobre o total da população



ACESSO E PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS NA INTERNET

Percentual sobre o total da população





ORIGEM DOS FILMES ASSISTIDOS PELA INTERNET

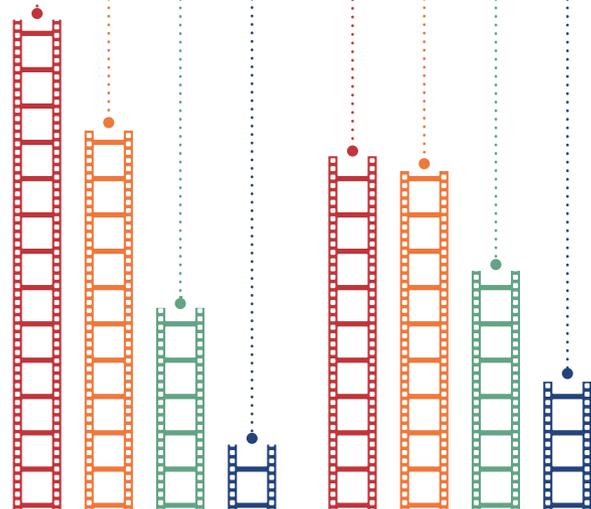
Percentual sobre o total da população



Filmes Estrangeiros

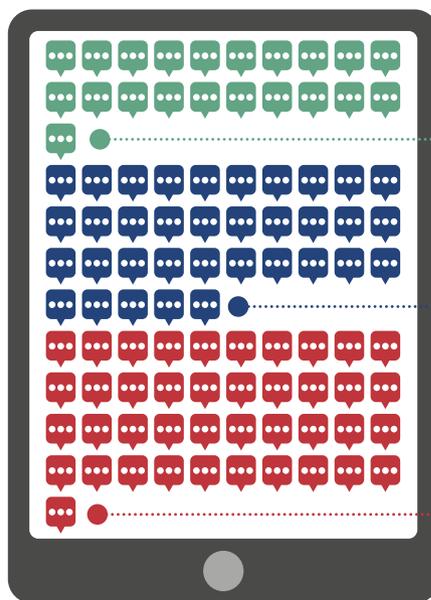


Filmes Brasileiros



POSTAGEM DE CONTEÚDOS PRÓPRIOS NA INTERNET

Percentual sobre o total da população



ATÉ ENSINO FUNDAMENTAL



ENSINO MÉDIO



ENSINO SUPERIOR



Fonte: Pesquisa TIC Domicílios 2017.

PRODUÇÃO CULTURAL E TECNOLOGIA

A IDEIA DE UMA CULTURA COMUM

Mauricio Trindade da Silva

Os meios técnicos são difíceis o bastante, mas a maior dificuldade é aceitar, profundamente em nossas concepções, os valores de que eles dependem: que as pessoas comuns possam governar; que cultura e educação são questões comuns, ordinárias; que não há massas para salvar, capturar ou dirigir, e sim, em vez disso, uma multidão de pessoas que expandem suas vidas de maneira extraordinariamente rápida e confusa.

Raymond Williams¹

A oportunidade de mediar uma mesa sobre produção cultural e tecnologia me fez voltar a refletir sobre os desafios atuais colocados para a gestão no campo da cultura. Há, no caso, um principal desafio, por certo nem tão atual, uma vez que de tempos em tempos ele (re)aparece como um questionamento de fundo nesse campo, particularmente agora em vista das forças políticas extremamente conservadoras que procuram minar a ideia de cultura alcançada nas duas últimas décadas. Trata-se, justamente, da ideia de uma *cultura comum*, de base antropológica (para além da concepção mais estrita, voltada às artes) e que vem sendo combatida em seu valor, procurando substituí-la por uma noção retrógrada, aristocrática e moralmente pudica.

Para exemplificar a ideia de uma cultura comum, vale lembrar a formulação de Raymond Williams (1921-1988), sociólogo e teórico inglês. Segundo esse autor, a cultura, em sentido lato, diz respeito às condições de vida e, portanto, relaciona-se com as diversas instâncias da vida em sociedade e constrói a percepção de uma experiência

particular e ao mesmo tempo compartilhada. Assim, a cultura liga-se à vida cotidiana, aos modos de existência, à esfera da educação, às produções artísticas (e ao que, em determinado tempo e espaço, se denomina como “arte” especificamente), às diferenças de classe e, ainda, à desigualdade econômica – instâncias que nos localizam geograficamente e que nos atribuem um “lugar”. Tem-se, ainda, a percepção de que a cultura designa uma maneira de reunir todos os aspectos da vida, mas sob a forma do que se acredita ser a experiência em geral.

Da junção desses sentidos de cultura (cujas tradições sociais e políticas, que remontam ao início do século passado, não podem ser desenvolvidas aqui nesse momento), percebeu-se que o cerne da problemática enfocava a qualidade de vida em uma comunidade específica, “como uma forma de levantar questões sobre o mero progresso material ou a mera segurança social do tipo dominante de sociedade” (2015, p.51). Ou seja, as clivagens sociais expressam-se culturalmente, mostrando as indesejáveis e intoleráveis desigualdades sociais e econômicas e as consequências delas advindas, ou mostrando as limitações de se adotar um sentido e uma ideia de cultura que apontem particularmente para uma minoria “esclarecida”.

O que está sempre em jogo é o desenvolvimento, e a adoção, de uma ideia de cultura que possa corresponder à experiência comum compartilhada, isto é, àquilo que nos une enquanto membros de uma sociedade, no exato sentido de que a “cultura é de todos”. Essa foi a tentativa, no Brasil, que se procurou estabelecer com o Sistema Nacional de Cultura e com ações do porte do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, no intuito de se criar uma estruturação permanente, como política pública, que ligasse os entes federativos e pudesse contribuir para a constituição mais assentada de uma comunidade nacional de cultura, emanando sentidos e valores provenientes da

¹ WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p.27-28.

sociedade civil, ou seja, dos produtores de cultura.

Como esclarece Raymond Williams (2015, p.54):

a cultura é de todos: [...] os significados de uma forma particular de vida de um povo em um momento particular [parecem]² provir do conjunto de sua experiência comum e de sua complexa articulação coletiva. E se for de fato assim, esses significados e valores são criados extensivamente, não em compartimentos [...], e conseqüentemente [deve-se] abordar o caso geral de uma comunidade de cultura e asseverar a necessidade de uma cultura comum, como uma crítica a tudo o que foi imposto, ao que foi feito contra essa condição geral da estrutura das sociedades específicas.

Por fim, “[...] utilizava-se a noção do elemento comum da cultura – sua comunalidade – como uma maneira de criticar essa cultura dividida e fragmentada que efetivamente temos.” (idem, 2015, p.54)

Quatro aspectos merecem comentário a partir dessa citação. Primeiro, que o autor não desconsidera a complexa articulação existente entre produtores e consumidores de cultura, e nem as possibilidades tecnológicas de disseminação e compartilhamento, envolvendo as criações artísticas de forte desenvolvimento experimental (ênfase no hermetismo da linguagem) e as práticas usuais e cotidianas (fazer aulas de dança; costurar ou pintar no tempo livre, como lazer; ver filmes na TV ou no computador, etc.), ambas entendidas como modalidades possíveis e distintas, convivendo mutuamente.

Raymond Williams escreveu expressamente que a ideia de uma cultura comum, ou “em comum”, diz respeito a uma “determinação comum de significados” feita pelos indivíduos. Não seria nunca uma “cultura uniforme e conformista”; não significaria nunca que todos gostem de tudo em termos artísticos – hipótese improvável, por certo: “uma situação na qual todas as pessoas deem à

mesma coisa o mesmo significado e o mesmo valor” ou “tenham igual domínio da mesma propriedade cultural” (idem, 2015, p.56-57). Mas, sim, significa que possam travar contato e conhecer as inúmeras possibilidades artísticas e, dessa aproximação, fazerem escolhas conscientes e livres para fruição.

Segundo, decorrente do argumento exposto acima, que o entendimento de uma cultura comum é em geral uma crítica sociopolítica; aponta para a criação de condições em que “o povo como um todo participe da articulação de significados e valores e das conseqüentes decisões entre este e aquele significado, entre este e aquele valor”, de maneira a remover os “obstáculos materiais” impeditivos da possibilidade de participação (idem, 2015, p.54).

Terceiro, também derivado do anterior, que uma cultura comum está diretamente relacionada com a democracia educada e participativa. Participativa como comentado acima, e educada porque a tradição precisa ser estudada criticamente e difundida como herança comum, e não apenas de uma minoria. Esse ponto remete à necessidade de uma escola republicana e inclusiva, de convívio da diferença (e não da distinção) com currículo comum e atento às especificidades regionais, considerando-se a extensa realidade territorial brasileira.

Por fim, como quarto aspecto, que o dístico educação e cultura é a instância por meio da qual é possível disseminar valores basilares para a vida em sociedade, como a convivência na diversidade, o bem viver, a solidariedade, o respeito aos direitos (humanos e culturais), a fraternidade, etc. A cultura precisa ser entendida em sua dimensão simbólica e identitária, em sua centralidade para a cidadania e para o desenvolvimento social.

Na consecução desta mesa de debates, que se deteve na influência da internet para a criação e circulação de

² Inclusão do autor.

bens culturais, com a configuração de novos mercados, plataformas, mecanismos de legitimação e formas de participação *on-line*, Eliane Costa procurou mostrar como a internet auxilia na difusão de produções culturais por meio de reflexão sobre a cultura em articulação com o ciberespaço, a partir de novas territorialidades e estratégias desenvolvidas nas periferias metropolitanas, mais especificamente na metrópole do Rio de Janeiro. Por sua vez, George Yúdice abordou as transformações no acesso e participação em atividades culturais provocadas pela internet, com ênfase na questão da legitimidade e das preferências de gosto na era digital. Os textos das duas apresentações podem ser lidos com o indicativo que procurei fazer, aqui, da necessidade e importância de se manter a ênfase na ideia de uma cultura comum, pelas razões apresentadas³, sem esquecer a premissa da epígrafe:

[...] que as pessoas comuns possam governar; que cultura e educação são questões comuns, ordinárias; que não há massas para salvar, capturar ou dirigir, e sim, em vez disso, uma multidão de pessoas que expandem suas vidas de maneira extraordinariamente rápida e confusa. (WILLIAMS, 2015, p. 27-28).

E para finalizar, dentro da pertinência do tema desta mesa de debates, quero mencionar a importância hodierna de se ter a oferta de cursos de qualificação em gestão cultural, como o que realizamos no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. Reconhecemos com clareza, no Sesc, a necessidade de contribuir socialmente para a preparação conceitual e metodológica dos profissionais que ocupam posições de produção e gestão culturais em instituições públicas, privadas e do terceiro setor; ou seja, procuramos contribuir para o processo de construção de novas práticas mediante a formulação de políticas públicas consequentes.

Trata-se de um curso que visa desenvolver um processo formativo amplo e transversal, articulando os campos

teórico, metodológico e prático – e suas distintas epistemologias – pertinentes à gestão cultural. O ponto de partida se dá pelo reconhecimento da realidade dos contextos socioculturais existentes, no intuito de levar em conta a heterogeneidade das instituições. Depois, procura-se perfazer a articulação entre as realidades político-institucionais mais amplas e o contexto local, de maneira a atinar com a capacidade de imaginação, interpretação e atuação em processos de gestão e mediação culturais. E não se esquece de levar em conta a abertura para a participação contributiva de todos os envolvidos na ação cultural (na formulação de políticas, planos ou projetos pontuais) com possibilidades reais de diálogo e troca.

Remeto o leitor, enfim, a uma das belas frases de Raymond Williams que conecta a área da educação à cultura, de maneira cristalina, mostrando como os empregos (as vagas de trabalho e o consequente “desenvolvimento social”) só serão bem ocupados se a população tiver uma base cultural comum:

[...] a educação é algo comum, ordinário: trata-se, antes de mais nada, do processo de dotar todos os membros da sociedade com a totalidade de seus significados comuns e com as habilidades que lhes possibilitarão retificar esses significados, à luz de suas próprias experiências pessoais e comuns. [...] A educação é a confirmação dos significados comuns de uma sociedade e das habilidades necessárias para corrigi-los. Os empregos são consequência dessa confirmação: a finalidade e depois a habilidade dos ofícios. [...] Temos de enfatizar não a escada, mas o caminho comum, pois a ignorância de qualquer ser humano me diminui, e a habilitação de todo ser humano é um ganho comum de horizontes. (WILLIAMS, 2015, p.21-23)

³ Raymond Williams não deixa escapar de seu foco a questão da comunicação: “Nesse processo comum, só tem valor absoluto a preservação de canais e instituições de comunicação transparentes, de modo que todos contribuam e sejam ajudados a contribuir. Se for assim, então não parece cabível o desvario que alguns críticos tiveram de que uma cultura comum seria uma cultura uniforme e conformista, nem o temor que alguns amigos exprimiram de que uma cultura comum seria evidentemente inatingível porque é impossível que um grande número de pessoas esteja de acordo. Falando de uma cultura comum, reivindica-se precisamente esse processo livre, contributivo e comum de participação na criação de significados e valores, como tentei defini-lo.” (WILLIAMS, 2015, p.57)

Referências

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança**: Cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS DE USO DAS TIC

George Yúdice

Pediram-nos para ler duas pesquisas sobre práticas de internet no Brasil e seu impacto nas transformações no acesso e participação em atividades culturais. Uma pesquisa conduz entrevistas com mais de 23.000 indivíduos em todos os estados, com um corte transversal de municípios metropolitanos e periféricos, incluindo indivíduos de várias idades, gêneros, origens socioeconômicas, *status* de emprego e níveis educacionais (CGI.br, 2018). A segunda é um estudo de 24 grupos focais, também distribuídos em todo o país, de acordo com os mesmos perfis demográficos (CGI.br, 2017).

Ambas as pesquisas coincidem em concluir que o uso da internet aumentou, que acompanhou ou produziu transformações no acesso e participação em atividades culturais, mas também que a aspiração de democratização e diversificação é limitada pelo nível socioeconômico, educacional e territorial, bem como pela idade, e que precisa haver políticas públicas em infraestrutura e educação para abordar o que uma pesquisadora chama de *participation gap* (ou lacuna de participação).

Embora os resultados dos dois estudos sejam semelhantes, existem diferenças, que, claro, resultam do caráter qualitativo dos grupos focais. Esse estudo aponta para uma gama mais ampla de atividades que vão além da compreensão tradicional da cultura como artes cênicas, indústrias culturais (cinema, séries de TV, vídeo e música) e literatura, que constituem as práticas sobre as quais os entrevistados foram questionados nos dois estudos. Dadas as conversas que aconteceram nos grupos

focais, surgiram elementos imprevistos, como curadoria (por exemplo, criar *playlists*), virar *influencer* devido às postagens, práticas de corte e colagem, e outras atividades que não se limitam a uma arte ou indústria cultural, mas que evidenciam uma convergência. Esses imprevistos não foram necessariamente concebidos ou entendidos como artísticos ou culturais no desenho dos estudos, algo que se comenta nas incisivas reflexões de Isaura Botelho e Juliana Piesco (2017) e Maria Carolina Vasconcelos Oliveira e Luísa Adib Dino (2017), as quais acompanham o estudo de grupos focais e devem ser consideradas em futuras pesquisas.

Os *insights* levantados pelas comentaristas também nos obrigam a nos concentrar na questão da legitimidade, uma questão social que ultrapassa o estudo exclusivo de acesso e de participação em termos de se conectar *on-line* e abrir *sites*, ou baixar e subir conteúdo. É uma questão social que envolve a noção de *capital cultural* formulada por Pierre Bourdieu (apud 2017), mencionada pelos dois artigos que acompanham o estudo de grupos focais, os quais questionam sua efetividade como conceito para entender o que é cultura na era pós-digital¹. Esse questionamento não indica que as limitações impostas pelo *status* socioeconômico, pela escolaridade e pela periferidade territorial tenham desaparecido com o acesso à internet: os estudos e as reflexões evidenciam que existem significativas diferenças no comportamento, principalmente entre os jovens.

Botelho e Piesco (2017, p. 60) explicam que a autoridade ou legitimidade que possam ter as instituições, que eu chamaria de disciplinares² – como a escola ou as instituições artísticas – é rompida, pois a “influência do grupo de amigos é a instância de socialização mais importante na adolescência, trazendo ‘ruídos’ na

¹ Um comentário sobre as definições da cultura ocuparia um espaço longo demais para incluir aqui. Pode-se ler meu ensaio “Culture”, na coletânea de BURGETT, Bruce; HENDLER, Glenn. **Keywords for American Cultural Studies**, 3rd ed. New York: New York University Press, 2019.

² Consulte-se “Hacia un nuevo paradigma institucional”. **Atlántica**: Revista de Arte y Pensamiento, n. 59, 2018.

transmissão cultural entre pais e filhos”³. É evidente que o “grupo de amigos” se expande nas redes sociais, abrindo o mundo dos jovens a uma gama ampla de condutas, inclusive além do que os jovens mesmos (ou quaisquer outros entrevistados) estariam dispostos a admitir em um grupo focal⁴. A enorme maioria de jovens usa o celular para acessar a internet e, cada vez mais, faz quase tudo o que faz o computador⁵. O celular aumenta o que Botelho e Piesco (2017) chamam *autonomização cultural*. Explicam que o *eclétismo* (DONNAT, 1994) e o *onivorismo* (PETERSON, 1992) do comportamento dos jovens constituem um deslocamento do modelo proposto por Pierre Bourdieu:

Hoje, o telefone celular e a internet são recursos que fazem parte da negociação da passagem entre infância e adolescência, da mesma forma que toda uma parafernália de atributos que constituem símbolos importantes dessa nova etapa da vida: gírias, maneiras de vestir, de cortar o cabelo, mochilas, agendas, canetas, entre outros. (BOTELHO; PIESCO, 2017, p. 62).

Essa desierarquização não significa que tenha sido alcançado o avanço estético-político pregado pelo filósofo Rancière (2007, p. 57), para quem “desierarquizar, desclassificar (...) desfazer a suposta naturalidade das ordens” resulta em uma nova etapa baseada no dissenso. Como indicam as conclusões do estudo qualitativo (CGI.br, 2017, p. 138), essa

[...] descentralização não resultou, necessariamente, na extinção das estruturas de poder no âmbito da produção e difusão de conteúdos culturais. A pulverização dos intermediários e o surgimento de modelos de negócios menos centralizados não eliminaram as barreiras existentes, sobretudo tendo em vista a lógica dos algoritmos e das grandes plataformas e conglomerados *on-line*.

Este é um tema, o da sociedade de controle na época dos algoritmos, que abordo em meu ensaio “Os desafios do novo cenário midiático para as políticas públicas”, publicado, em 2016, na *Revista Observatório do Itaú Cultural* (YÚDICE, 2016).

Não é esta a ocasião para entrar numa longa reflexão sobre algoritmos e controle, mas é importante ter em mente que o que era tradicionalmente entendido como cultura tem muita relação com a captação do afeto como meio para promover a participação no mundo digital. Essa captação afetiva é uma expansão do que se experimenta como cultural, mas não necessariamente conscientemente, e é um dos campos em que mais trabalham as empresas que buscam explorar os dados gerados *on-line*. Essa expansão produz um controle mais biopolítico que os “mecanismos bourdieuanos” de capital cultural e legitimidade. A noção de *educação sentimental* é deslocada pela *algoritmização afetiva* (ANGERER; BÖSEL, 2016, p. 43). Contudo, as empresas e plataformas detêm o poder e é do seu interesse que se rompam os mecanismos tradicionais da legitimidade e do capital cultural. Esse é o caso de Google, Facebook, Amazon, Apple, etc., que, ademais, aproveitam o desrespeito às leis de direitos de autor, já que o acesso a qualquer bem é ocasião para a geração de mais conteúdos e, portanto, mais dados.

³ O vínculo religioso de muitos jovens parece exercer, em alguns casos, uma força contrária, ou seja, o comportamento *on-line* é compatível com os princípios morais dos adultos: “A influência da religião nos gostos musicais, como mencionado, aparece em diferentes situações, tanto restringindo práticas como as estimulando. Como exemplo do primeiro caso, na fala de um entrevistado: ‘[...] o pastor não deixa’ (Recife, 22 a 26 anos, classe C)”. (BOTELHO E PIESCO, 2017, p. 69). Naturalmente, em casos como esse, o grupo de amigos é constituído por outros jovens religiosos. Mas também, como observo na nota 4, pode-se supor que, em alguns casos, há um desacordo entre o que uma pessoa diz sobre si mesma e o que faz *on-line*.

⁴ Antecipo aqui uma questão importante, que é a diferença entre o que se diz respeito à conduta na internet e o que se faz *on-line*. Curiosamente, os estudos não mencionam a pornografia que, como todo o mundo sabe, é uma das práticas prevalentes na internet.

⁵ Lohrmann (2016) explica que até jornalistas fazem suas reportagens em *smartphones*. LORHMANN, Dan. **Will a Smartphone Replace Your PC?** GovTech, 24 abr. 2016. Disponível em: <https://www.govtech.com/blogs/lohmann-on-cybersecurity/will-a-smartphone-replace-your-pc.html>. Acesso em 01 maio 2019. E eu, quando fui vice-reitor da Universidade das Artes em Guayaquil, Equador, confirmei que a maioria dos alunos liam (se é que realmente liam) seus livros de texto no celular.

Essas empresas e plataformas oferecem diversos tipos de ferramenta para aumentar o uso da internet: aplicativos para criar *playlists*; cortar, colar e editar imagens e sons; jogar *games*; fazer críticas estéticas, ou seja, comentar e avaliar todo tipo de bem ou serviço; além das redes sociais, que permitem estar em contato com o grupo de amigos, que também participam dessas atividades. Em uma nota em sua reflexão sobre a pesquisa TIC Domicílios 2017, Botelho (2018, p. 45) ressalta que, já em 2008, os estudos de práticas culturais na França, liderados por Olivier Donnat, haviam percebido a profunda transformação das atividades amadoras; as conclusões do estudo qualitativo também apontam que “a disseminação das TIC parece ter diminuído as fronteiras entre produtores profissionais e amadores” (CGI.br, 2017, p.136). Existem casos em que os jovens até ganham dinheiro com suas atividades *on-line*, mas, obviamente, poucos conseguem fazer dessa atividade uma carreira profissional. Mesmo assim, deve-se reconhecer que, como na *cultura maker*, surge o *produsuário* como figura que não é nem profissional, nem amadora: pertence a outro marco interpretativo, o qual não é aquele da cidadania, nem do consumidor, nem do cliente, mas que, de acordo com a situação, pode entrar e sair desses marcos. Já Canclini (1989) tinha refletido sobre esse fenômeno de estratégias de entrada e saída da modernidade: trata-se de pular entre marcos.

Faço um parêntese para fazer referência a um fenômeno que, embora não pertença, em parte, a essa consideração das práticas culturais dos usuários de internet, mostra a flexibilidade hoje dos que ocupam um lugar intermédio entre o profissional e do amador. Trata-se das cenas musicais emergentes. Will Straw (1991) define-as como “áreas específicas geográficas em que se articulam muitas atividades musicais”, que também incluem a produção de música ao vivo, marketing, publicidade e outras funções. Também se trata de espaços de sociabilidade, a qual, certamente, é chave para a sustentabilidade.

Em um livro recente intitulado *Gestionar, mezclar, habitar: claves de los emprendimientos musicales independientes*, Guadalupe Gallo e Pablo Seman (2016, p. 16) acrescentam que não se deve assumir uma homologia entre cena e grupos sociais por idade, etnia, gênero, classe social, etc., observação compatível com a capacidade das cenas de “expandir-se para abarcar [a variedade] de atividades que acontecem aí”. Para esses estudiosos, a noção de cena é mais eficaz do que outras como subcultura, comunidade ou movimento, que parecem mais unívocas. Outra maneira de entender as cenas é como ecossistemas complexos de atores, espaços, funções, ferramentas, comércio, comunicações, que se referem a uma simultaneidade de escalas, especialmente em nossa época em que digitalizar aumenta o alcance e a velocidade da globalização. Uma cena pode ocupar vários espaços ao mesmo tempo, como é evidente no novo tango que se concentra em Buenos Aires, encontrado em outras cidades ao redor do mundo, ou cenas electro e cumbieras. O que me interessa dessa noção de cena é que, se a rearticulamos como um caldo de cultura ecossistêmico, podemos rastrear melhor a variedade de atores, espaços, processos de *gatekeeping* e acesso e outros fenômenos necessários para avaliar o que se deve levar em conta para operar uma cena, ainda mais se for emergente.

Precisamente em relação a esta noção de emergência, Gallo e Seman (2016) observam que, após a música que marcou uma era para a classe média argentina – referem-se a Soda Stereo, Patricio Rey e todas as suas derivações: Divididos, Los Piojos, Babasónicos, La Renga, etc. – não há outra geração de grandes bandas que ocupe a hegemonia musical para essa classe. Aliás, reconhecem que, no passado, havia cenas diferentes para diferentes classes sociais: tango para os setores urbanos em emergência; rock nacional para os setores urbanos já consolidados; folclore, cumbia e chamamé para migrantes do interior. Se a cumbia villera parece manter a sua hegemonia nos setores migrantes, para as classes médias deixa de prevalecer o rock, mas também não emerge um novo gênero hegemônico, senão novas cenas

que se caracterizam por vários gêneros e a mistura entre eles. Os estudiosos também observam a mistura existente nas cenas villeras e do novo tango.

Esta nova diversidade de estética já não é organizada por gênero; talvez, o mais interessante seja observar o surgimento de, digamos entre aspas, “outras organizações e outras maneiras de se envolver na música tanto para públicos e produtores”. De repente, o músico em si – quem compõe e toca – não seja a única figura central, mas, nas palavras da estudiosa Ornela Boix (2013), surge um “novo *status* do músico”, que entra em rede com outros atores e reconhece, cada vez mais, as mediações que não só fazem possível que se viva da música, mas que criam uma situação na qual se vive a música em uma cena expandida de atividades. Verifica-se a emergência de uma cadeia produtiva de vida e de sociabilidade em torno da produção musical. Os internautas fazem parte dela, não só como consumidores, mas também como co-criadores. Incluo esse parêntese porque acho que existem várias maneiras de participar em atividades culturais, mesmo simultaneamente *on-line* e *off-line*.

Acho que esse fenômeno de cena pode ser uma ferramenta para a formação recomendada pelos dois estudos. Penso em cenas como a que o Coletivo Puraquê criou em Santarém (PA), a qual formou jovens na separação de resíduos sólidos, conseguiu computadores e ofereceu capacitação em desenho de *software* livre e em serviços digitais. Combinou a ação ambiental com a tecnológica e a cultural (*web rádio*, *web TV*, estúdio de música) e operou na economia solidária com sua própria moeda, administrada pelo Banco Muiraquitã. A ideia era que essa cena geraria novos cientistas, artistas e pesquisadores dos bairros. No centro da cena, a sociabilidade levou à mistura cultural e tecnológica e a pessoas de diferentes lugares⁶. Nessa época pós-disciplinar, pós-capital cultural no sentido “bourdieuano”,

precisa-se de novos tipos de institucionalidade em que as práticas diversas convirjam da mesma maneira que no setor midiático.

Como informado, os dois estudos concluíram ser importante formar os jovens nas novas tecnologias. Mas, quem vai fazer isso? Primeiro, é necessária uma política para a formação dos professores do Ensino Básico e Médio nas novas tecnologias. Em muitos casos, os jovens sabem mais do que os professores no uso dessas tecnologias. Aprendemos de experiências como o Coletivo Puraquê e outras que a aprendizagem se faz coletivamente, em um espírito de sociabilidade com pessoas de diversas formações e idades. Como levar isso ao ensino é um enorme desafio.

Outro tema que antecipei é a diferença entre o que se diz e o que se faz. A análise da plataforma Last.fm que faz Rose Marie Santini (2010) na sua tese de doutorado é um bom exemplo dessa diferença. Last.fm foi um dos maiores *sites* de música na primeira década do milênio. Era famoso pelo *software* chamado *scrobbler*, que operava como um sistema de recomendação (SR), já que:

[...] recomenda artistas e canções aos seus usuários baseando-se no interesse que os ouvintes expressam explicita ou implicitamente em sua navegação na internet, em seus hábitos de escuta registrados pelo computador ou pelo uso do próprio sistema para desenvolver processos de descoberta e recuperação de informação em música. (SANTINI, 2010, p. 36).

Devido ao excesso de informação na internet, um SR torna possível buscar e achar músicas que um usuário poderia gostar. O trabalho de Santini (2010) é complexo, mas para o propósito da minha recomendação para a pesquisa dos usos da internet, basta dizer que ela identificou 11 comunidades de gosto determinadas pela indústria cultural – Latin, Jazz, Folk, Country, Blues, Rap,

⁶ Entrevista com Jader Gama, parte 1 de 2. 31 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QclsuudGarM>. Acesso em 01 maio 2019.

Hip Hop, Electronic, Rock, R&B, Hardcore – e pesquisou as listas dos usuários dessas comunidades para determinar se eram definidas por sua escuta desses gêneros, mas achou que, na maioria dos casos, a escuta era eclética. O seu estudo também sugere que a identidade de uma pessoa como ser cultural, a maneira em que pensa e fala sobre essa identidade não necessariamente coincide com o que se faz. Uma anedota sobre este assunto. Nove anos atrás, quando estava preparando um comentário sobre essa tese, pedi à minha afilhada, que tinha 13 anos nesse momento, que me passasse suas *playlists* e que me permitisse olhar seus comentários no Facebook com seus amigos. Houve um grande debate nessa rede social sobre vários músicos, entre eles Justin Bieber, que minha afilhada e outras amigas diziam detestar. Lembrem que nesses anos, 2010-2012, um jovem não podia ser irado ou descolado (*hip*) se gostasse do Bieber (apesar de ele vender milhões de canções). Mas, quando analisei as *playlists* da minha afilhada, vi que tinha muitas reproduções do Bieber. Ao falar com ela, percebi que ela tinha ambiguidades. No seu grupo de referência tinha que ser *hip* e isso queria dizer odiar o Bieber, mas ela me disse que gostava da cara dele e que reproduzia a sua música quando estava sozinha.

Os resultados do estudo de Santini (2010) sugerem que se poderiam cruzar as pesquisas de tipo estatístico com as pesquisas de grupos focais. Por exemplo, poderia se justapor o que diz um jovem a respeito de sua escuta de música (como o jovem que disse que só escuta música gospel) com o que se vê na sua *playlist*. Dessa maneira, seria possível descobrir mais sobre como funcionam as preferências culturais. Trata-se de cruzar o estatístico e o qualitativo.

Conclusão

Como se diz na convocação ao Ciclo “Cultura, Educação e Tecnologias em Debate”

[...] a ampliação do acesso às TIC não resultou, necessariamente, na redução das desigualdades em sua apropriação e uso por parte da população. O ambiente digital encontra-se, portanto, em disputa e é nesse sentido que o ciclo abordará os conteúdos disponíveis na internet a partir do ecossistema mais amplo de configuração da rede.⁷

Há muitas disputas, não só as que as pesquisas salientam: infraestrutura e formação. Como vimos neste pequeno texto, as disputas de legitimidade e dos termos empregados nas pesquisas são parte da luta pela democratização.

⁷ Trecho retirado da carta-convite para participação na mesa de debate.

Referências

ANGERER, Marie-Louise; BÖSEL, Bernd. Total Affect Control. **Digital Culture and Society**, v. 2, n. 1, p. 41-52, 2016. Disponível em: http://digicults.org/files/2016/03/Marie-Luise-Angerer-and-Bernd-Bösel_2016_Total-Affect-Control.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.

BOIX, Ornela. **Sellos emergentes en La Plata**: Nuevas configuraciones de los mundos de la música. 2013. 126p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidad de La Plata, Argentina, 2013.

BOTELHO, Isaura. Desafios para a realização de pesquisa sobre as práticas culturais no universo das novas tecnologias da informação e da comunicação. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros** – TIC Domicílios 2017. São Paulo: CGI.br, 2018. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.

BOTELHO, Isaura; PIESCO, Juliana. Novas tecnologias e as mudanças que elas provocam no mundo social: O impacto das TIC nas práticas culturais dos indivíduos. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Cultura e tecnologias no Brasil**: Um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: CGI.br, 2017. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/cultura-e-tecnologias-no-brasil.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: Estrategias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo, 1989.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Cultura e tecnologias no Brasil**: Um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: CGI.br, 2017. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/cultura-e-tecnologias-no-brasil.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros** – TIC Domicílios 2017. São Paulo: CGI.br, 2018. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.

DONNAT, Olivier. **Les Français face à La Culture**: De l'exclusion à l'écletisme. Paris: La découverte, 1994.

GALLO, Guadalupe; SEMÁN, Pablo. **Gestionar, mezclar, habitar**: Claves de los emprendimientos musicales independientes. Buenos Aires: Gorla, 2016.

OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; DINO, Luísa Adib. Cultura e arte na era da participação: Reflexões a partir de práticas de usuários de Internet no Brasil. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Cultura e tecnologias no Brasil**: Um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: CGI.br, 2017. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/cultura-e-tecnologias-no-brasil.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

PETERSON, R. Understanding audience segmentation, from elite to omnivore and univore. **Poetics**, v. 21, n. 4, p. 243-258, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. **En los bordes de lo político**. Buenos Aires: La Cebra, 2007.

SANTINI, Rose Marie. **Os usuários e a desorganização da cultura**: os Sistemas de Recomendação e as consequências da classificação para os usos sociais da música na internet. 2010. 480p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

STRAW, Will. Systems of articulation, logics of change: Communities and scenes in popular music. **Cultural Studies**, v. 5, n. 3, p. 368-388, 1991.

YÚDICE, George. Os desafios do novo campo midiático para as políticas públicas. **Revista Observatório Itaú Cultural**. Políticas culturais para a diversidade: Lacunas inquietantes, São Paulo, n. 20, p. 87-112, jan./jun. 2016. Disponível em: http://diversidadaudiovisual.org/wp-content/uploads/2016/05/OBS20_BOOK_AF-ISSUU.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.

PRODUÇÃO CULTURAL PERIFÉRICA: TERRITORIALIDADES E URBANIDADES EM CIBERCULTURAS PLURAIS

Eliane Costa

Território é um conceito múltiplo, interdisciplinar e em movimento. Tanto no debate geográfico, em que tem suas raízes, quanto em diferentes outros campos do saber, discutem-se as novas territorialidades contemporâneas – instáveis, descontínuas, flexíveis, simultâneas, em rede.

Para o presente artigo, proponho que pensemos cultura (e produção cultural) em articulação com ciberespaço, tomando o território como lente para o estudo de estratégias compartilhadas por sujeitos sociais que *não* estão inseridos nas dinâmicas da indústria cultural, cujas raízes e ações se desenvolvem nas periferias metropolitanas, mais especificamente na metrópole do Rio de Janeiro. O diálogo território-espaço é crucial na geografia e mobilizou, nas últimas décadas, os maiores estudiosos desse campo. Espera-se, portanto, que a relação entre território e ciberespaço – tomado como dimensão ubíqua da vida (real) contemporânea – traga novas provocações a essa discussão (COSTA, 2017).

Identifico como periferia não somente o que é geograficamente distante do centro, mas o que é social e economicamente diverso em relação à centralidade associada às marcas simbólicas que consagraram o Rio como “cidade maravilhosa” (BARBOSA, 2012a), já que, ali, a periferia (também) está no centro. O termo inclui tanto as favelas e os espaços populares que se estendem pelas zonas Norte, Oeste e pelos subúrbios da cidade, quanto aqueles que serpenteiam entre os seus bairros mais ricos. Sem deixar de abranger, igualmente, os que se estendem pelos municípios que constituem o Grande Rio, a cidade

em sua dimensão metropolitana, visto que grande parte dos trabalhadores que circulam diariamente na capital reside nos municípios da Baixada Fluminense ou do outro lado da Baía de Guanabara, sendo imprescindível considerar esses trânsitos e conturbações. O termo periferia descreve aqui, portanto, o que está à margem, tanto sob a perspectiva da localização física no espaço urbano, quanto no que tange à estratificação social (BONDUKI; ROLNIK, 1979).

Tomo como ponto de partida, igualmente, a concepção antropológica de cultura, registrada na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural¹ (UNESCO, 2002):

A cultura deve ser considerada como o conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (p. 7).

Parto, ainda, da compreensão de cibercultura registrada por Pierre Lévy (1999): a emergência de todo um conjunto de técnicas, fazeres, atitudes, modos de pensamento e valores, a partir da popularização da internet e das redes sociotécnicas.

Sob a ótica das territorialidades contemporâneas suscitadas pela cibercultura, reflito, portanto, sobre diferentes formas com que experiências culturais periféricas interpelam o conceito de território, o campo da produção cultural e as próprias políticas públicas, seja a partir de disputas narrativas, estéticas ou de atitude (COSTA, 2017).

A possibilidade de emissão descentralizada de mensagens, sem distinção estrutural entre emissor e receptor, conjugada à cultura de conexão generalizada (LEMONS, 2006) e aos novos paradigmas de

¹ A concepção foi inicialmente consolidada na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), realizada no México, em 1982.

compartilhamento e comunicação direta *entre pares* (P2P), estimulou a emergência de práticas sociais e estéticas inovadoras, bem como de novos formatos midiáticos, processos, linguagens e possibilidades diversas de apropriação material e simbólica do espaço-tempo.

Os novos paradigmas alargaram brechas de expressão e desenharam horizontes outrora impensáveis para a circularidade de imaginários, a mobilidade de autorrepresentações, a afirmação de diversidades e o exercício da cidadania por grupos subalternizados na cena cultural e política contemporânea (COSTA, 2011).

A comunicação horizontal e “de muitos para muitos”, pilar da cibercultura, instigou, assim, a invenção de formas originais de manifestação de presença, no âmbito do enfrentamento de invisibilidades sociais crônicas. Essas estratégias configuraram um universo de pontos de vista, repertórios culturais, linguagens, experiências afetivas, existenciais e estéticas compartilhadas – agora com vozes, cores e sotaques de diferentes territórios –, evidenciando novas cartografias de saberes, fazeres e intervenções urbanas.

Nas últimas décadas, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) reconfiguraram o espaço em suas dimensões material, imaterial e simbólica. A popularização das redes sociotécnicas – redes sociais mediadas pela tecnologia –, com o suporte de diferentes dispositivos de publicação e difusão de conteúdos, fez surgir espaços coletivos virtuais, compartilhados e autônomos, criados “de baixo para cima” (COSTA; AGUSTINI, 2014), e motivados pelo sentimento de pertencimento a um mundo comum, como registra Arendt (2007 [1981]).

Tal contexto remete à concepção lefebvriana de espaço como produto social (LEFEBVRE, 1986 [1974]), ao mesmo tempo em que instiga a epistemologia do território (HAESBAERT, 2011). Embora Pierre Lévy (1999) tenha associado cibercultura à desterritorialização, é possível considerar novas territorialidades contemporâneas que emergem desse contexto, ou nele se afirmam, seja pelas possibilidades ampliadas de compartilhamento de subjetividades, éticas, estéticas, narrativas e vivências (BARBOSA, 2012b, 2015), seja pela ótica dos processos reterritorializantes suscitados por dinâmicas diversas de controle e de acesso à informação (LEMOS, 2006).

O ciberespaço é aqui entendido não apenas como dispositivo midiático, mas como *espaço público*, socialmente construído, “feito de conhecimentos, saberes e potências que permitem novas formas de constituição do social” (EGLER, 2010), próprio de uma *sociedade em rede* (CASTELLS, 2007) e expressão de uma *inteligência coletiva* (LÉVY, 1999), compartilhada em tempo real e alimentada pela colaboração de muitos indivíduos em suas diversidades. Nesse sentido, a apropriação subjetiva dos dispositivos tecnológicos contemporâneos *produz* (LEFEBVRE, 1986 [1974]) o ciberespaço, amalgamando vital e virtualmente em uma totalidade bastante complexa (EGLER, 2013a, 2013b).

Trata-se, assim, de territórios não apenas virtuais, mas híbridos, forjados na interface cultura-tecnologia, nos quais frequentemente prevalecem processos biotecnológicos, isto é, de disseminação virótica, por contaminação (BENTES, 2015). Nesses *territórios-rede* (HAESBAERT, 2004), não se pode pensar o “homem” dissociado de seus dispositivos técnicos, pois estes também são “atores, ou, mais exatamente, partícipes no curso da ação que aguarda figuração”, como registra Latour (2013, p. 108) na Teoria Ator-Rede.

A ideia de compartilhamento é central, tanto para a cibercultura e para a comunicação (etimologicamente, “pôr em comum”²), quanto para o conceito de território, sobretudo depois que a ele se dedicou o geógrafo brasileiro Milton Santos, propondo que, em vez do *território em si*, se passasse a privilegiar a perspectiva do *território usado* – “o chão, mais a identidade” – entendendo esta última como “o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 1999, p. 96). Para o autor, o território só se torna um conceito a partir de seu uso social, como “o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” (SANTOS, 1999, p. 7).

No contexto da cibercultura, sobretudo a partir da popularização das tecnologias móveis, dos sistemas de geolocalização e das *mídias locativas*³, as experiências comunicacionais passaram a superar atributos, formas materiais e funções pré-estabelecidas do espaço urbano das metrópoles. A popularização do GPS (localização e trânsito em tempo real), experiências de projeção mapeada⁴ de imagens 3D em fachadas de prédios, esculturas e copas das árvores, bem como os jogos e aplicativos de realidade virtual ou aumentada (em que, por exemplo, pessoas “procuram *pokemons*”⁵ no espaço urbano) configuram novos *territórios informacionais* (LEMOS, 2007).

Esses novos territórios emergem da combinação da escala física com as redes telemáticas, redefinindo dimensões locais, propondo usos temporários e criativos do espaço e configurando inéditas condições de urbanidade. Ressaltam, sobretudo, que, na *sociedade*

em rede, a cultura e o território estão imbricados com os processos de comunicação (CASTELLS, 2003).

A relação território-cibercultura pode ser observada tanto sob a perspectiva das possibilidades ampliadas de compartilhamento de subjetividades, representações e vivências em redes sociotécnicas, quanto a partir das diversas dinâmicas de controle e de acesso à informação que levam a territorializações via ciberespaço (HAESBAERT, 2010).

Dessa forma, no contexto contemporâneo de hiperconexão e de tecnologias móveis, o *upload* de narrativas não hegemônicas e a sua circulação no ciberespaço instiga ciberculturas plurais e configura processos originais de criação, afirmação e compartilhamento de territorialidades urbanas no âmbito da disputa de imaginários sobre o sentido da cultura e da própria cidade.

² Laborit (1987, apud SANTOS (2014 [1996], p. 316).

³ Mídias locativas são dispositivos informacionais digitais em que a informação está diretamente ligada a uma localidade. Trata-se de processos de emissão, recepção e processamento de informação a partir de um determinado local (LEMOS, 2007).

⁴ O chamado *mapping* permite projeções de vídeos em altíssima resolução, sem distorção, em qualquer elemento da escala arquitetônica, bem como sobre formas geométricas complexas, como objetos, estátuas, veículos, fachadas de prédios, copas de árvores, etc.

⁵ Refiro-me ao jogo *Pokémon Go*, para *smartphones*, que fez muito sucesso no Brasil nos últimos anos.

Referências

- ARENDETT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Rio de Forense Universitária, Salamandra, Editora da Universidade de São Paulo, 2007 [1981].
- BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa. In: Souza e Silva, Jailson; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinicius. **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012a.
- _____. Território e cultura na metrópole. In: Souza e Silva, Jailson; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinicius. **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012b.
- _____. **O território como conceito e prática social**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2015.
- BENTES, Ivana. **Mídia-multidão**: estéticas da comunicação e biopolíticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias** – Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: FAU-USP/ Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. Communication, power and counter-power in the network society. In: **International Journal of Communication**, v. 1, p. 238-266, 2007.
- COSTA, Eliane. **Territorialidades urbanas em ciberculturas plurais**. Tese (Doutorado em 2017). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- _____. **Jangada Digital**. Rio de Janeiro: Ed. Azougue, 2011.
- COSTA, Eliane; AGUSTINI, Gabriela. **De baixo para cima**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.
- EGLER, Tamara. Redes tecnossociais e democratização de políticas públicas. **Sociologias**, v. 12, n. 23, p. 208-236, jan-abr 2010.
- _____. Da rede para a rua: tecnologia e reinvenção da democracia. In: EGLER, Tâmara (Org.). **Reinvenção da democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a.
- _____. (Org.). **Digitalização do território**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013b.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.
- _____. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, Bertha (Org.). **Território, territórios**: Ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- LATOURETTE, Bruno. Redes, sociedades, esferas: Reflexões de um teórico ator-rede. **Informática na Educação**: Teoria e prática, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2013.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986 [1974].
- LEMOES, Andre. **Ciberespaço e tecnologias móveis**: Processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. Trabalho apresentado no XV Compós, na UNESP, Bauru, SP, 2006.
- _____. Mídia locativa e territórios informacionais. In: ARANTES, Priscila; SANTAELLA, Lucia. **Estéticas Tecnológicas**. São Paulo: PUC-SP, 2007.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO, 2002.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1. UFF, 1999. Transcrição da Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da UFF e abertura do ano letivo de 1999.
- _____. O retorno do território. **OSAL**: Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, v. 6, n. 16, un. 2005 [1994].

Fernando José de Almeida

Os temas de nossos debates têm se diversificado por meio de subquestões que cobram dos conferencistas um aprofundamento. E, do público, novas questões. Os subtemas são outros articuladores e provocadores externos ao grande tema geral: Cultura, Educação e Tecnologias.

O primeiro deles, que abriu o ciclo, foi feito pela pergunta “Cultura digital: onde estamos e para onde vamos?”, em agosto de 2018. Atendendo à provocação, Lucia Santaella e Sérgio Amadeu marcaram posições, observando as dimensões econômicas e socioculturais das questões.

O segundo subtema, organizador do diálogo, foi “Conhecimento, habilidades e currículo em uma sociedade da informação e do conhecimento”. Alípio Casali e Lucia Dellagnelo trouxeram reflexões que faziam complementação à pergunta inicial, reportando-se às matrizes gregas e semitas de nosso modo de ver o mundo e o seu embate com as inovações demandadas pelas tecnologias na educação em geral e na escola em particular. Os dados trazidos pelas pesquisas do Cetic.br tornavam-se sempre pano de fundo para se buscar o suporte na realidade da sociedade brasileira que desse cenário à discussão.

O terceiro provocador de aprofundamento trouxe a questão “Políticas públicas educacionais e culturais: trajetórias e perspectivas”, consideradas dentro do cenário da internet e da cultura digital que se apresenta e desafia toda a sociedade. Os dados trazidos pelas amplas pesquisas do Cetic.br, de novo, nortearam e buscaram tecer a lógica da expansão e das carências da sociedade brasileira, analisadas nesse encontro por Vicente Trevas e Haroldo Torres: que sociedade produziu tal escola, que escola pode produzir tal sociedade.

Já em abril de 2019, o filósofo francês Gilles Lipovetsky abriu o primeiro encontro do II Ciclo, tratando do tema

“Consumo e Felicidade Paradoxal” à luz da cultura, da educação e do uso das tecnologias.

George Yúdice e Eliane Costa, em maio de 2019, deram continuidade aos temas gerais, analisando-os sob a ótica dos novos territórios e cenas da cultura e da educação que se abrem (ou encurtam) com o uso das tecnologias e suas redes.

Dentro desse espaço – delicado e abrangente – de pensamento estratégico sobre o Brasil e sobre a sua inserção no mundo econômico e cultural, se apresentam hoje, 18 de junho, as palestras do terceiro encontro do II ciclo “Cultura, Educação e Tecnologias em Debate”.

Diversidade

O tema de hoje é a diversidade como elemento estruturante de nossa sociedade e as suas interfaces com a cultura, a educação e as tecnologias.

A diversidade, para o senso comum, é muitas vezes concebida como uma anomalia. Uma espécie de mistura pouco orgânica que produz a perda da unidade e da força do ser diverso.

O palestrante Rafael Evangelista aprofunda e evidencia as consequências perversas dessa visão na nossa história, na antropologia e na filosofia contemporâneas. A sua visão generosa e profunda do tema refere-se não apenas à forma como a diversidade é vista no mundo e em seus meandros, mas especialmente no momento atual brasileiro.

A diversidade aparece, em algumas visões ideológicas, quase sempre como se fosse uma distorção. Subentende-se o diverso como o confuso, o estranho, o invasor.

No cinema, os diversos seriam os alienígenas e, na medicina, as bactérias. Nesse último sentido, o que o organismo deve fazer não é compreendê-los ou suportá-los, mas destruí-los. Os gregos já chamavam de bárbaros os que não falavam a sua língua.

Ou seja, a diversidade, dessa perspectiva, é uma ameaça que deve ser rejeitada ou mesmo aniquilada, pelo bem da saúde e da civilização.

Contra essa visão, o pesquisador traz as suas considerações e permite a nós entendermos a cultura, a educação e as tecnologias como elementos fundamentais para uma nova compreensão das diversidades, caríssimas e necessaríssimas ao mundo de hoje.

Por outro lado, Antonietta Antonacci, com brilhante exposição que atravessa a história econômica, a literatura, a psicologia e a linguística, traz a nós o cenário da intolerância da civilização contemporânea ao diferente, não apenas das etnias e raças, mas de valores culturais e intrinsecamente cultivados nas nossas éticas. A formação do Brasil e a cultura oral é seu principal terreno de explicitação do território da intolerância e da violência simbólica.

Diversar

O sentido etimológico de versar – na origem da palavra, já nos ajuda a dar rumo ao tema e à nossa *con-versa*.

Versare (lat.): Versar, verter, despejar, lançar, depositar...

A raiz *versare*, modificada por diferentes prefixos, ganha riqueza como re-verter, con-verter, ou con-versar, ou ainda di-vertir... *voltar atrás (pensar melhor)*, verter juntamente com o outro (con-versar, con-verter), ou di-vertir, como *contradizer o que é vertido...* ou achar, pelo humor e pela ironia, o sentido ambíguo das coisas – pode ajudar a compreender a riqueza do tema e da *con-versa*. Que ela nos traga uma di-versão.

Diversidade é um eixo de compreensão que nos permite não apenas um exercício de lógica, mas um caminho mais profundo nas questões ontológicas de compreensão do ser humano, do sentido da vida e da organização social.

A DIVERSIDADE CULTURAL E A TECNOLOGIA

Maria Antonieta Antonacci

No Brasil, “numa cultura tradicionalmente oral como a nossa” (ALENCASTRO, 2000), em debates a respeito de diversidade cultural em expressões populares, poucas atenções focam travessias, letra, voz, imagem, sons e *performances* em comunidades afro-brasileiras, enraizadas em gêneros orais de comunicação, memória do corpo e celebrações de sua arte de viver, pulsantes em locais de culturas brasileiras.

Com história marcada por razias de povos indígenas que recuaram para sertões, pela diáspora de mais de cinco milhões de africanos de diferentes etnias e culturas que, traficados para trabalho escravo na agricultura, pecuária, mineração, serviços rurais e urbanos, aqui cultivaram as suas tradições orais; como por ondas de quatro milhões de imigrantes de baixa escolarização, vindos de regiões europeias em acelerada industrialização, a governabilidade dessa formação populacional tão dispare adveio da assimetria de elites letradas. Frente à preponderância de povos africanos e nativos de tradições orais, em tensões culturais e linguísticas ampliadas pela chegada de colonos e trabalhadores estrangeiros, com suas línguas, costumes e aspirações, no Brasil se produzem camadas de grupos com poder em arraigado conservadorismo.

Gerado em encontro/confronto de diferentes povos e culturas, em contínuas *zonas de contato* (PRATT, 1999), o domínio colonial, imperial, republicano manteve-se articulando gestão político-administrativa arquitetada por letrados com poderes técnico-rationais daqui e de longe. As suas prerrogativas mais visíveis despontam no que ler e não-ler: desde a ilegal circulação de livros na colônia, exceto a Bíblia, seguida por premissas médico/jurídicas e por princípios de eugenia, higiene mental e do trabalho, associados a campanhas educativas contra

debilidades, ignorâncias, analfabetismo e fanatismos religiosos.

Além de normas científicas e de assepsia, diversos autores descreveram hábitos e práticas culturais populares, relegados ao folclore, ao exótico, a margens da nação e da sua restrita cultura legitimada, e encobriram conflitos e transgressões culturais por camadas e formas de silêncio (ORLANDI, 1992), que precisamos nos dispor a escavar.

De africanos rebelados resultaram textos de patologias criminais, como *O animismo fetichismo dos negros* (NINA RODRIGUES, 1982), avaliados como mentes primitivas e adeptas ao crime; de discursos e da imprensa pleiteando imigração, civilização, fim do analfabetismo, de indolências e doenças; até chegarmos a intelectuais e políticos da conciliação, louvando o *homem cordial* e a mestiçagem (FREYRE, 1966), aplainando arestas, alisando terrenos rumo ao espúrio apaziguamento racial.

Gestos, ritmos, símbolos de comunicações orais de africanos, afro-brasileiros e ameríndios, no fazer-se do corpo nação Brasil, estão em sensíveis recolhas de contos, mitos, canções, danças e festas, em provérbios e literatura oral, em anotações de folcloristas, viajantes, pintores que, mesmo avaliando as suas manifestações como instintos, impulsos lúdicos, festivos, de raças inferiores, sem cultura e escrita, sem arte e lógica, resguardam memórias e histórias banidas a serem decifradas e narradas.

Como nação gestada na expansão europeia, sob razão iluminista, civilizatória, salvacionista, predomina na cultura brasileira dominante modos de ser, pensar, produzir em cultura letrada, ficando em suas “dobras” rastros, imagens, narrativas em outro perfil cultural, modos de comunicar, permeados por razão sensível e sensorial de linguagens performáticas em “lógica oral” (DIAGNE, 2005).

Em oralidades africanas atualizadas no Nordeste, em cantorias registradas desde o século XVIII (MOTTA,

1921), alcançamos sagas e epopeias negras impressas em literatura oral de folhetos, como *Rabicho da Geralda* (1792) e *ABC de Lucas de Feira* (XIX). Encenadas em performances, com seus valores, tradições, habilidades inerentes a técnicas de comunicação oral, revelam outra forma “de conocer y ser en el mundo”, materializando “cognición corporalizada” (TAYLOR, 2015, p. 18). De recursos do corpo, acompanhando Mauss (2003, p.214) ao apreender tecnologia sem instrumento – “O corpo é o primeiro e mais natural instrumento do homem” –, emergem, banidas, esquecidas histórias da diáspora fluindo em seus diálogos performáticos.

Em sensibilidades cognitivas de corpos engendrados a realidades vividas, Merleau-Ponty (1994, p.257) apreendeu sentidos do corpo e consciência corpórea, enfatizando que “o uso que um homem fará de seu corpo é transcendente em relação a esse corpo enquanto ser apenas biológico”, acentuando: “Nosso corpo é inseparável de uma visão de mundo e é essa mesma visão realizada”.

Importa apreender como africanos vivem conexões cosmo/corpo/cultura, em sua cosmogonia. Conforme o sábio Hampâté Bâ (1982, p.173), em

[...] imaginário de *unidade cósmica*, o mundo não foi cartesianamente fatiado em reino mineral, vegetal, animal, humano (...), o universo visível é concebido e sentido como sinal, concretização ou envoltório de um universo invisível e vivo, constituído por forças em perpétuo movimento.

Sendo vital o equilíbrio de forças e energias do mundo físico/simbólico.

Nessa percepção cósmica, os seus corpos contêm potenciais de natureza viva, atuante, da qual são partícipes, sem fragmentar cultura/natureza, corpo/saberes, arte/vida; e a sustentação de memória do corpo apreende-se em filosofia proverbial africana – “As pessoas da pessoa são inúmeras na pessoa” (HAMPÂTÉ BÂ, 1982),

desde “tradição viva”, renovada em “actos vitales de transferencia” (TAYLOR, 2015, p. 19), via linguagens audiovisuais e rituais, refazendo religiosidades, padrões culturais, tradições que permitem ouvir/sentir/ver saberes não escritos.

Em *The archive and the repertoire*, da antropóloga Diana Taylor (2003), ao ser traduzido ao espanhol em 2015, foi acrescido um prólogo, em que se acentuou:

[...] si escribiera de nuevo el libro ahora, subrayaría que las tecnologías digitales constituyen outro sistema más de transmisión que, rápidamente, está complicando los sistemas de conocimiento occidental (p. 19).

Concluiu o prólogo, questionando:

¿Son esos cambios cualitativos o cuantitativos? ¿Se parece el cambio actual a los últimos (la transición de la cultura oral a la escrita) o el movimiento hacia las tecnologías digitales promulga sus propias presuposiciones sociales y éticas? ¿Y qué hay de esas comunidades, principalmente las indígenas, que nunca habitaran realmente la cultura impresa pero que combinan lo oral y lo digital para crear “cultura oral-digital-tecno-indígena”? (TAYLOR, 2015, p. 19).

Práticas presenciadas no Acre dos anos 90; em recorrência de zapatistas a luta comunicativa de suas tradições, em tecnologia acessível a diálogo interrompido por séculos; como no Pará atual, povos nativos usam recursos tecnológicos. Sobre tais impactos e desdobramentos, Édouard Glissant (2005, p. 48), poeta da diáspora, alertou:

[...] não podemos deixar de ver que, atualmente, a passagem da escrita à oralidade é importante, crucial, nos interroga sobre a questão do absoluto e da Relação. Constatamos que a tecnologia leva à oralidade. Entretanto constatamos também que culturas orais, civilizações orais ainda ontem amontoadas na face oculta do mundo despontam *na grande cena do mundo*.

Em perspectiva de entrelaçar *Todo-o-Mundo*, não mais permitindo o universal generalizante, o autor aponta que:

[...] talvez faça economia da noção de ser, para surpreender-se com o imaginário do *sendo*, de todos os *sendo* possíveis do mundo. A questão do ser não se apresenta mais a partir da visão dessa solidão à qual havia se reduzido o pensamento universal. O universal transformou-se em diversidade, e esta o desordena. A questão do ser, por si só, não supõe mais legitimidade, desviada que é pelo assalto das diversidades concorrentes do nosso mundo. Em outras palavras, o que dita *regras* não é mais o antigo direito universal, mas o acúmulo das relações. (GLISSANT, 2005, p. 81).

Reflexões sobre letramento além de habilidades técnicas, em crítica a poderes inerentes a alfabetização, ciente “do papel da oralidade na história da cultura humana”, da “*mescla* de meios orais e letrados”, rejeitando a *grande divisão* entre oral e letrado, o antropólogo Brian Street (2014) retoma argumentos do linguista Maurizio Gnerre (1994, p. 101), que situa primórdios da escrita ao advento do Estado Moderno: “em restritos ambientes de poder: nas cortes de príncipes, bispos, reis e imperadores”. São questões iniciais de fins do XX, que aguardam pesquisas e estudos locais.

Com tais perspectivas, passamos à análise de tradições orais no Nordeste do Brasil, destacando a expansão da palavra impressa na região em fins do XIX, quando antigas tipografias do Rio de Janeiro lá foram compradas. Poetas e cantadores populares passaram a imprimir as suas composições orais em folhetos, processo que alfabetizou poetas da diáspora, cuja narrativas orais e iconográficas permitem sondar confluências de tradições e linguagens entre letra/voz/imagem/corpo (ANTONACCI, 2014).

O folheto *Rabicho da Geralda* narra a fuga do boi Rabicho, escravo da senhora Geralda, datado na poética: “Chega enfim noventa e dois/aquela seca comprida/logo vi que era causa/de eu perder minha vida”. 1792: desequilíbrio na natureza marca o final daquela tragédia grega, assim nomeada por José de Alencar (1993).

Anotando a cantoria, Alencar (1993, p. 43) comenta: “O cantor é o espectro do próprio boi (...) o herói não é o homem e sim o boi”, registrando performances africanas no Ceará. Esse folheto noticia quando rebeliões do Haiti chegaram ao Nordeste. Questão inferida de estudo de Trouillot (2016, p. 84) sobre a Revolução Haitiana: “A existência de uma rede de comunicações entre os escravos, da qual somente temos indícios, não se tornou um objeto *sério* de pesquisa histórica”. Perspectiva marcante do potencial de corpos negros em diálogos de performances.

Em capa do *ABC de Lucas de Feira*, a sua xilogravura configura laços e lutas por sobrevivência de corpos negros em intercâmbio com forças de animais simbólicos de suas culturas. Fugido em 1824 de Fazenda em Feira de Santana, preso em 1848, Lucas traz à luz comunidade de fugitivos que viveram 24 anos em sertões da Bahia, roubando víveres distribuídos a outros fugitivos. Enforcado e esquartejado, o seu corpo foi representado como ser híbrido.

Corpo em postura humana – utensílios de trabalho nas mãos –, o seu perfil está associado a corpos de animais de terra, água, ar e fogo, elementos básicos de culturas humanas. Com rabo de escorpião (animal da terra), corpo de serpente (circunda terra/água), cabeça de ave ecoando palavras de rebeldia no ar, produziu fogo, transfigurando Lucas. Em metamorfose, conjugando reino mineral/vegetal/animal/humano, o jogo metafórico de imagens superpostas, em enigma de corpo insurgente, a arte xilográfica firma sua humanidade no intertextual letra/voz/imagem/corpo.



Dragão da Maldade: representação de Lucas de Feira (1808/1849)

Claros e escuros ressaltam corpo rebelado. Esfumado de palavras de fogo sustentam o etéreo, transcendental de culturas orais renascendo em *Dragão da Maldade*. Artistas esculpiram a xilogravura sobrepondo cosmo/corpo/cultura de povos africanos. No uso de sensibilidade tátil de regimes orais, talharam códigos simbólicos e epistêmicos que moldaram sua rebeldia. Enquanto presente de passados três séculos de escravidão, o corpo de Lucas replicou em distintos tempos, espaços, linguagens e lugares de memória, respaldando lutas de trabalhadores escravizados.

Cantada e esculpida em literatura oral, a sua saga foi encenada em teatro: integrada ao Mural de Cultura Popular da Rodoviária de Feira de Santana, obra do artista Lênio Braga (1967) e filmada em 1969, em obra clássica de Glauber Rocha. Em mergulho no jogo metafórico daquela imagem – retomada sob signo de Exu, em *Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* –,

Glauber assumiu lutas raciais e por terra em “anos de chumbo” daquele regime militar.

O seu filme encenou dramas messiânicos no Sertão Nordestino, inflamado por Ligas Camponesas em lutas por terra desde a abolição jurídica, décadas depois lacrada em democracia racial, denunciada por Rocha em cenas sob recortes de tempos e espaços de trabalhadores em anos 1960, com difícil decifração em linearidade letrada. A xilogravura contém a densidade de artes africanas, figurando a opressão racial em metáfora com raciocínio imagético superposto, delineando poderes e saberes africanos em “lógica oral” no avesso de discursos letrados no Brasil.

Ativando memórias em artes de razão sensível, sensorial, configuram saberes práticos, contínuos renasceres incompreensíveis a leituras racionais. Na hegemonia do mundo letrado, somos um país de analfabetos, ignorando heranças de milenares oralidades de povos indígenas e africanos que contestam física e simbolicamente a rigidez de preceitos senhoriais.

Situando complexidade de pensar oralidades, tradições em artes e tecnologias no continente Brasil, *Amazônia Transcultural: xamanismo e tecnociência na Opera*, produzida por Laymert Garcia dos Santos (2013) – associado ao Goethe-Institut, SESC São Paulo, ZKM – aborda como culturas diversas acessam dimensões virtuais da realidade. Em experiência entre conhecimentos tradicionais de povos Yanomani e tecnocientíficos, os quais exploram “paralelo xamanismo-tecnociência” em opera multimídia, foi apresentada em Munique, Viena e SESC Pompeia em tentativa “de construir um diálogo entre mundo virtual da máquina técnica e o mundo espiritual dos xamãs.” (SANTOS, 2013, p. 56)

Mobilizando “operatórias distintas para lidar com o virtual porque regidas por lógicas diferentes, resultando em percepções de mundo diferentes”, apontam “convergência entre a perspectiva mítica yanomani e a

perspectiva científica traçada por Philip Fearnside, pois a maquinação mítica e as simulações tecnocientíficas” situaram, na vida real, “dispositivos de antecipação de uma catástrofe anunciada”: a morte da Floresta Amazônica (SANTOS, 2013, p. 58).

Concluimos por meio de argumentos relacionados a artes plásticas africanas por filósofo senegalês e a raciocínio da arte por educador alemão. Para o filósofo Suleyman Bachir Diagne (2007, p. 34), “há uma verdade na arte africana que é filosofia, em códigos epistêmicos sob comunicações orais, em ontologia onde o ser é ritmo e encontra-se no fundamento de religiões africanas”, situando a lógica audiovisual do estilo negro diante da escrita discursiva ocidental.

Investindo em raciocínio, a obra de arte obriga o educador alemão Fichtner (2018, p. 275) a pensar “educação com parâmetros da arte”, captada como “metáfora ou modelo concreto, no qual a competência metafórica é materializada” enquanto “a forma para transferir tal conhecimento em relação viva e sem estereótipos” valoriza o jogo metafórico na “capacidade de representar algo em nível simbólico”. Acentuando a plasticidade enigmática da metáfora, escreve “vê-se bem claro: isso é isto e, ao mesmo tempo, isto não é isso” (p. 275). A metáfora “reside na utilização da forma”, em representação diferencial.

Essa é uma das mais incríveis façanhas da forma da obra de arte: não alternar-se com uma superficial equiparação (...), mas articular, nessa façanha, sutil relação com si mesmo. (...) o processo metafórico é um ato imaginativo. Ele realiza, em nível imaginário, uma semelhança que leva e preserva a diferença no nível dos significados. (FICHTNER, 2018, p. 79).

Recorrer ao esquecido, silenciado, interdito refaz expectativas, liberta de abstrações conceituais, para não perdermos de vista artes, saberes, rastros que reivindicam outras histórias. Impossível ignorar especificidades históricas e “histórias de diferença

cultural” (BHABHA, 1998, p. 20). Impossível desconhecer a vontade de elites brasileiras por uma língua e uma cultura nacional, uma história, uma escola, aleatória a entrelaçamentos e transculturações em sociedade multiétnica e pluricultural. Para Bhabha (1998, p. 24),

[...] o crítico deve tentar apreender totalmente e assumir a responsabilidade pelos passados não ditos, não representados, que assombam o presente histórico.

Perspectivas que exigem ampliar e diversificar noções de documentos monumento históricos, atenção a patrimônios e arqueologia de sabedoria oral, aprofundando nossa percepção de *artes da memória* popular, o seu fazer-se, os seus tempos e espaços, assumindo desafio de apreender códigos simbólicos e epistêmicos em matrizes orais mnemônicas. Nesse sentido, estudando culturas afro-cubanas, o antropólogo Fernando Ortiz (1951, p.3) apontou que festa e

La música negra, conjuntamente con el canto, el baile y la mímica, es arte para algo socialmente trascendental. Tiene una teleología, un propósito de función colectiva; una acción, no una distracción (...) al margen de la vida cotidiana.

Legislação sobre ensino de História da África, culturas africanas, afro-brasileiras e de povos indígenas, reivindicações dos movimentos negro e indígena marcam promessas de emergir outro cenário na cultura e na vida pública brasileira. Contudo, a inércia de estruturas sociais arcaicas e monopólios de modos de pensar exigem pluralizar políticas culturais e abrir diferentes canais de renovação a indícios de lutas culturais em subterrâneos da história oficial e dos seus adeptos, ameaçados de perderem o sortilégio da formação universitária e o poder de produzir conhecimentos.

Referências

- ALENCAR, José de. **Nosso Cancioneiro**. Campinas: Pontes, 1993.
- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANTONACCI, M. A. **Memórias ancoradas em corpos negros**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2014.
- BACHIR DIAGNE, S. **Léopold Senghor: L'art africain comme philosophie**. Paris: Riveneuve, 2007.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- DIAGNE, Mamoussé. **La critique de la raison orale**. Paris: Karthala, 2005.
- FICHTNER, Bernd. Educar para a sabedoria. In: WULF, C; BAITELLO, N. (Org.) **Sapientia: Uma arqueologia de saberes esquecidos**. São Paulo: Edições SESC, 2018.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- GLISSANT, Édouard. **Introdução a poética da diversidade**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Org.) **História Geral da África**. São Paulo: Ática, 1982.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac y Naify, 2003.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MOTTA, Leonardo. **Cantadores**. Rio de Janeiro: Livraria Castilhos, 1921.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. **Os Africanos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. Campinas: UNICAMP, 1992.
- ORTIZ, Fernando. **Los bailes y el teatro de los negros**. Habana: Letras Cubanas, 1951.
- PRATT, M. L. **Os olhos do império: Relatos de viagens e transculturação**. Bauru: Edusc, 1999.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. **Amazônia Transcultural: Xamanismo e tecnociência na opera**. São Paulo: n-1 edições, 2013.
- STREET, Brian. **Letramentos sociais: Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- TAYLOR, Diana. **El archivo y el repertorio: El cuerpo y la memoria cultural en las Américas**. Santiago do Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: O poder e a produção da história**. Curitiba: huya editorial, 2016.

SOBRE DIVERSIDADES E PLATAFORMAS: COMO É PRECISO AGIR SOBRE AS TECNOLOGIAS PARA SE PERMITIR NOVAS FORMAS DE EXISTIR

Rafael Evangelista

O momento que estamos vivendo hoje, de ressurgimento global de movimentos autoritários que perseguem as minorias, parece espelhar a primeira metade do século passado, marcado na carne pela ascensão de diversas modalidades de fascismos, autoritarismos e de populismos divisionistas, fundados na construção de mitos sobre uma origem comum de certos povos e em teorias conspiracionistas sobre inimigos internos e externos. Naquela época, como agora, surge o debate sobre o papel das tecnologias no fomento ou no oferecimento de meios para a emergência desse tipo de fenômeno. A questão central, naquele momento, era talvez mais clara: temia-se que as tecnologias de *broadcast*, de emissão de sinal de rádio de um para muitos, pudessem ser instrumentalizadas para o arregimento de massas hipnotizadas por líderes carismáticos. Hoje, paradoxalmente, viveríamos o exato oposto, um momento único de acesso gigantesco a muitos canais de comunicação, não somente como receptores, mas também como produtores. Ainda assim, crescem os nacionalismos autoritários e observamos maiorias diversas expressarem claramente a sua força e o seu desejo de opressão.

Para falarmos sobre diversidade, talvez seja necessário matizarmos um pouco a ideia, dividindo-a em duas, de escopos diferentes, ambas importantes, mas com impactos diversos. Em geral, quando se menciona a diversidade hoje, se imagina uma igualdade ou uma justiça na representação simbólica em meios de comunicação e no acesso a eles dos mais variados grupos sociais. Estamos falando aqui, por exemplo, do fato de que, embora o fenótipo brasileiro seja bastante diverso, a imagem que a publicidade, as novelas, os filmes e as

séries divulgadas é desequilibrada e estereotipada. A imensa maioria dos personagens que acompanhamos nas ficções televisivas e no jornalismo são brancos – e quanto mais brancos, mais prestigiosas são as posições apresentadas. Os sotaques que ouvimos vêm quase sempre do Sul e do Sudeste.

Isso produz efeitos, sentidos pelos indivíduos e pela sociedade. O sotaque a que não estamos acostumados, quando ouvido, dá a impressão de conter algo errado, ainda que o português usado respeite totalmente a norma culta. Da mesma forma, os sujeitos que não se veem representados, ou cuja representação é sempre como algum personagem sem prestígio – o bandido, o malandro, o incompetente, o submisso, o cruel – desenvolvem sentimentos, conscientes ou não, de inadequação permanente, um sofrimento psíquico que afeta a sua confiança e a sua autoestima em situações cotidianas da vida. O resultado é bastante concreto e limita os horizontes dessas pessoas, que frequentemente duvidam de si mesmas em momentos importantes. Além disso, produz efeitos na sociedade também, construindo ou reforçando preconceitos, internalizados pelos sujeitos que operam sistemas de escolha ou classificação, independente do pertencimento individual destes. Alguns autores têm usado o termo colonialidade para se referirem a um processo que se estende para além do período histórico da colonização, o qual engloba também essa mentalidade submissa, que projeta no outro – branco, homem, heterossexual e anglo-europeu – todas as características positivas que faltam a nós. A ausência de diversidade pode ser vista em relação com a colonialidade, porque nela se baseia e a reforça.

Um marco importante na luta política em favor da diversidade e de denúncia sobre os efeitos nocivos da falta dela são os movimentos de ação afirmativa surgidos principalmente nos EUA na década de 1960, cujos efeitos positivos podem ser conferidos hoje, quando se compara a representatividade das minorias nas mídias dos EUA com as mídias brasileiras. Mesmo tendo uma população

menos diversa, as produções espelham melhor a diversidade do país, a ponto de populações de outros países às vezes se perceberem mais representadas por estas do que pelas produções locais.

Porém, falávamos sobre uma segunda concepção de diversidade, de outro escopo, que se interlaça com essa primeira, não apenas de diferente extensão, mas de outra ordem. As navegações promovidas pelos europeus, em meados do milênio passado, marcam uma “descoberta” crucial de modos muito diversos de se organizar socialmente, de viver e de pensar o mundo. Foi preciso mais de 300 anos para que esses modos fossem perdendo, para o Ocidente, a imagem construída inicialmente: de serem inferiores, selvagens ou bárbaros, uma imagem negativa relacionada ao próprio projeto colonial, já que tomar o diferente como inferior ajuda a justificar projetos de dominação, controle e exploração. O imperialismo, então, traveste-se de missão civilizatória. Seria preciso calar e eliminar outras maneiras de existir, já que elas são em si “atrasadas” ou “bárbaras”. Apagá-las seria até mesmo um gesto humanitário.

A superação dessa visão sobre o outro deve-se, muito, ironicamente, a uma disciplina científica cujo surgimento está intimamente ligado à expansão colonial. Alguns antropólogos do início do século XX, por meio do desenvolvimento do conceito de cultura, advogam, baseados em suas pesquisas de campos com populações exóticas, pela unidade da humanidade como espécie. As diferenças entre os grupos humanos, por mais radicais que pareçam, devem-se não a características biológicas, mas ao modo como esses grupos se desenvolveram historicamente. Vivendo em ambientes diferentes, sofrendo influências específicas, lidando com problemas das mais diversas ordens e tendo sua dinâmica interna e prioridades particulares, as culturas produziram respostas próprias sobre como seus indivíduos interagem entre si, com outros grupos e com o mundo que os hospeda. O passo seguinte foi vencer o evolucionismo cultural – que deve ser entendido em separado das

teorias da biologia. As diferentes culturas não estão em uma escala evolutiva temporal, sendo algumas “primitivas” e outras mais “evoluídas”: todas coexistem simultaneamente e significam formas, nem melhores nem piores, de se lidar com o mundo natural e social.

Escrevendo a pedido da Unesco, nos anos seguintes às grandes guerras, Claude Lévi-Strauss, no texto *Raça e História* (1976), elaborou um dos manifestos mais importantes em favor da diversidade e contra as ideias do evolucionismo cultural. Segundo ele, a Europa beneficiou-se, cultural e materialmente, por ter promovido a introdução forçada de novos elementos – humanos, tecnológicos e simbólicos – no seu seio, por meio da colonização. O seu argumento não é em favor dessa ação opressiva, mas se refere a benefícios indiretos, e até não previstos, que o continente europeu recebeu pela interação com outras culturas. Um ponto importante é como Lévi-Strauss (1976) coloca o progresso cultural ocidental como se devendo fortemente à sua capacidade de produzir uma “coligação de culturas”. Esse dito progresso não deve ser entendido como uma fala no sentido da cultura ocidental ser qualitativamente melhor que as outras – ela o é somente a partir do ponto de vista etnocêntrico ocidental –, mas em favor de sua capacidade de se transformar incorporando elementos que lhe interessam, interesse que se estabelece a partir de seus próprios padrões.

O que isso tem a ver com os efeitos das transformações tecnológicas que vivemos hoje e a sua relação com a diversidade? É preciso entender esse fenômeno em sua complexidade, para irmos além da repetição de *slogans* em favor da inclusão que mudam as coisas só superficialmente – ou mudam tudo para não mudar nada.

Inicialmente, apontávamos para duas diversidades: uma sobre como os indivíduos ou grupos, dentro de uma sociedade, ocupam espaços de representação e, por consequência, de poder, ainda que marginal; outra em relação a maneiras radicalmente profundas de entender

e organizar o mundo. Vamos chamar aqui a primeira de diversidade identitária e a segunda de diversidade estrutural, porque uma se refere a um encaixe, com justiça, em uma determinada formação social, enquanto a outra se relaciona à capacidade de interferir nessa formação de modo forte, a partir de outras matrizes de pensamento, interferência que pode levar até mesmo a transformações na própria formação. É preciso ter em mente que lidamos aqui com conceitos abstratos, ou seja, não trabalhamos com a descrição de objetos estanques, mas com classificações cheias de intersecções e interpolações.

A internet e a Web, em seus primeiros anos, quando as plataformas comerciais ainda ensaiavam seus passos iniciais e o principal problema era a falta de acesso à rede, deviam proporcionalmente mais em termos de diversidade identitária do que em diversidade estrutural. Não que fossem ricas em formas diferentes de pensamento, mas isso era principalmente um subproduto da falta de diversidade em geral: o acesso à rede se restringia na prática ao Norte Global, esse conjunto populacional ocidentalizado que vive em sua maioria no Norte do planeta, mas que também ocupa espaços geográficos no Sul, perfazendo a sua elite. Curiosamente, contestações mais radicais à ordem do mundo tinham mais possibilidades de ação e de invenção: podemos citar o movimento *software* livre, que prega uma reinvenção não mercantil do sistema de trocas em torno de criação, uso e desenvolvimento de programas de computador; as práticas de pirataria amadora, que questionam o sistema de propriedade intelectual; e as redes comunitárias, que tomam para as mãos da comunidade a administração dos sistemas de comunicação de localidades. Esses são apenas alguns exemplos, de certa forma “invenções” de outra época, que já nos servem para demonstrar como propostas e experimentos em direção a transformações mais estruturais foram perdendo força e espaço de ação na atualidade.

A luta em favor da diversidade identitária não é desimportante; ao contrário, é crucial em termos de

bem-estar e oportunidades para minorias. Os exemplos que demos, no início desse texto, atestam essa situação e nos servem de modelo para pensarmos a relevância dessa questão nas plataformas que operam sobre a internet. Os dados da pesquisa do Cetic.br (CGI.br, 2017) apontam sobre o consumo cultural na internet, o qual oferece mais flexibilidade de horários, maior diversidade de conteúdos, além de ser uma alternativa de entretenimento importante em regiões mais carentes de atrações. Ao mesmo tempo, esse quadro nos traz desafios consideráveis. Há demanda não atendida, em especial do Norte e Nordeste, por conteúdos locais e de produção mais independente, feita fora do grande circuito comercial. Esse não atendimento espelha assimetrias entre as regiões do país, em que o Sudeste é polo controlador das produções audiovisuais. Os corpos, os espaços e a cultura do Sudeste são sobrerrepresentados na distribuição da produção nacional, o que causa efeitos em termos do que seria uma justa valorização equivalente dos diferentes brasileiros.

A pesquisa também nos mostra como algumas poucas plataformas estrangeiras (YouTube, Netflix e Spotify) são dominantes na entrega dos conteúdos. O fato de serem estrangeiras, embora seja uma questão importante, não deve resumir a discussão, dadas as assimetrias existentes no mundo da produção cultural, considerando-se as dinâmicas internas ao Brasil. Tão imprescindível quanto é discutir a própria natureza dessas plataformas: a lógica comercial que as governa não pode ser o padrão último para o acesso à produção cultural e à informação. Essa lógica, quando controla tudo, é em si um obstáculo à diversidade, à divulgação de outras formas de gerir os recursos individuais e coletivos.

O desenho das plataformas e os algoritmos que governam a sugestão dos conteúdos a serem consumidos tendem a produzir um modelo que busca capturar o máximo de contrapartida direta, financeira, em troca do fornecimento dos conteúdos, ou o máximo de tempo de atenção do consumidor, para que este visualize anúncios

que sustentem financeiramente a plataforma. Não importa quais objeções tenhamos ou não a esse modelo: o ponto é ele produzir determinações, efeitos, que nem sempre vão em direção a uma maior diversidade; muito pelo contrário, visto que, na maioria das vezes, ele preza pela máxima exposição dos mesmos conteúdos, tendo por fim a diminuição dos custos de produção.

Também é preciso lembrar a força econômica de alguns agentes dominantes desse modelo, que funciona no sentido de vencer seus concorrentes e silenciar – ou cooptar – alternativas que não obedeçam ao mesmo modelo. Por meio de contratos das operadoras de telefonia, o público tem acesso facilitado, ou mesmo gratuito, às grandes plataformas, em detrimento de soluções alternativas. É o chamado *zero rating*, em que o usuário de um plano de acesso à internet por celular, embora tenha uma determinada franquia de dados por mês para usar, não tem o acesso cortado a determinadas aplicações ao esgotá-la – ao Spotify, por exemplo.

Vale lembrar também como as plataformas se alimentam de trocas espontâneas – ainda que estimuladas pelo desenho dos aplicativos – entre indivíduos e grupos na rede, que oferecem gratuitamente essa produção cultural, que veem como amadora. Para as plataformas, a definição de serem conteúdos amadores ou profissionais pouco importa, pois o que interessa é o não cessar desse fluxo e seu funcionamento como atrator da atenção dos usuários.

Isso talvez ajude a explicar também como essa rede, que num passado recente vimos como naturalmente tão aberta à liberdade e à diversidade de expressões, tenha se tornado hoje um veículo privilegiado para a consolidação de grupos que se fecham em si mesmos. O modelo comercial, se desregulado, caminha para uma maximização dos fluxos a todo custo e a curto prazo, não importando a qualidade da atração dos usuários e das trocas feitas por eles. Portanto, políticas em favor da diversidade precisam ser rigorosas e

profundas, instituindo regulações que nos permitam ir além da inclusão do diverso no que já é estabelecido e possibilitem inventar novas formas de existir.

Referências

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Cultura e tecnologias no Brasil**: Um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: CGI.br, 2017. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/cultura-e-tecnologias-no-brasil.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. In: **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, capítulo XVIII, p. 328-366.

SESC – Serviço Social do Comércio
Administração Regional no Estado de São Paulo

Presidente do Conselho Regional

Abram Szajman

Diretor do Departamento Regional

Danilo Santos de Miranda

Superintendentes

Técnico-social Joel Naimayer Padula **Comunicação Social** Ivan Giannini

Administração Luiz Deoclécio M. Galina **Assessoria Técnica e de Planejamento** Sérgio José Battistelli

Gerentes

Artes Gráficas Hélcio Magalhães **Sesc Digital** Gilberto Paschoal

Centro de Pesquisa e Formação Andréa de Araújo Nogueira

Equipe Sesc

Fernando Tuacek, Gustavo Torrezan, Jean Guilherme Paz, Karina Musumeci, Mauricio Trindade, Paco Sampaio, Rafael Peixoto, Renato Shiguero, Rogerio Ianelli, Rosana Catelli, Tina Cassie, Walter Cruz

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br

Diretor Presidente

Demi Getschko

Diretor Administrativo

Ricardo Narchi

Diretor de Serviços e Tecnologia

Frederico Neves

Diretor de Projetos Especiais e de Desenvolvimento

Milton Kaoru Kashiwakura

Diretor de Assessoria às Atividades do CGI.br

Hartmut Richard Glaser

Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.br

Gerente

Alexandre F. Barbosa

Equipe técnica

Daniela Costa, Fabio Senne, Luciana Piazzon B. Lima, Winston Oyadomari

Designer gráfico

Klezer Uehara

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Grão-Chanceler

Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer

Reitora

Maria Amalia Pie Abid Andery

Vice-Reitor

Fernando Antonio de Almeida

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Márcio Alves da Fonseca

Ass. Téc. de Comunicação da Reitoria

Luiz Augusto de Paula Souza

Diretor da TV-PUC

Julio Wainer

ISBN 978-85-54811-05-1



9 788554 811051

Realização:



PUC-SP

cetic.br nic.br cgi.br

sesc